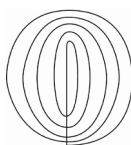


EVIDENCIALISMO

EDIÇÃO DE 2017 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2017 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Evidencialismo
Copyright © 2017 do autor
Tommaso Piazza

Todos os direitos reservados

Resumo

O Evidencialismo é uma posição (ou família de posições) internista sobre a justificação epistémica. Afirma esta posição que a justificação epistémica de um sujeito depende apenas da evidência que estiver ao seu dispor. Para se obter uma teoria completa da justificação a partir deste princípio geral é necessário responder a três questões principais. Por que tipo de entidades é constituída a *evidência* de um sujeito? Quando é que E *suporta* a proposição P? O que é que quer dizer *possuir* E? Neste artigo apresento as principais teses defendidas na literatura em resposta a estas três perguntas; além disso, abordo as principais objecções levantadas ao evidencialismo em geral, bem como a formas mais específicas desta posição.

Palavras-chave

Evidencialismo, evidência, suporte epistémico, justificação epistémica, internismo.

Abstract

Evidentialism is an internalist view (or family of views) about epistemic justification saying that a subject *s*'s epistemic justification entirely depends on the evidence at her disposal. In order to distil a complete theory of epistemic justification from this general principle it is necessary to answer three main questions. What kind of entities constitute a subject's *evidence*? What does it take for a piece of evidence *E* to *support* a proposition *P*? What does it take for a subject *s* to *possess* *E*? In this entry I describe the main answers defended in the literature in response to these three questions, and critically discuss the main objections that have been raised against evidentialism, both at a general level and as targeting more specific variants of it.

Keywords

Evidentialism, evidence, epistemic support, epistemic justification, internalism.

Evidencialismo

O Evidencialismo é uma posição internista sobre a justificação epistémica¹. Pensadores clássicos como J. Locke (1999) e D. Hume (2002) e, mais recentemente, R. Chisholm (1989) e L. Bonjour (2003), podem ser interpretados como defendendo, mais ou menos expressamente, versões desta posição. Com este nome, todavia, o Evidencialismo foi introduzido na literatura por R. Feldman e E. Conee ([1985] 2004)². Os dois epistemólogos americanos têm defendido esta posição ao longo dos últimos trinta anos (2004, 2008 e 2011). Mais recentemente, K. McCain (2014a; 2014b; 2015a e 2015b) tem desenvolvido uma versão muito detalhada desta posição.³

A centralidade da noção de evidência, e a sua relevância para a justificação epistémica e para o conhecimento, é reconhecida pela maioria dos epistemólogos. O que distingue o Evidencialismo de qualquer outra posição é a tese de que a justificação epistémica pode

¹ A justificação *epistémica* para acreditar em P é comumente distinguida da justificação *prudencial* para acreditar em P. Esta distinção pode ser esclarecida, em geral, observando que S terá justificação do primeiro tipo quando tiver razões para pensar que P é verdadeira; por outro lado, S terá justificação do segundo tipo quando tiver razões *práticas* para fazê-lo – por exemplo, quando a formação da crença for um meio apropriado para atingir um fim prático valioso. Um doente terminal, por exemplo, tem justificação prudencial para manter-se otimista na medida que esta atitude lhe pode trazer consequências benéficas. O evidencialismo, vale a pena sublinhar desde o início, é apenas uma teoria sobre a justificação epistémica.

² Convenção: “Conee e Feldman ([XXXX] 2004: Y)” referencia o ensaio originalmente publicado por Conee e Feldman no ano XXXX, mas a página referenciada Y é relativa à recolha de ensaios de Conee e Feldman do ano 2004. O ensaio do ano XXXX e a recolha do ano 2004 aparecem como elementos independentes entre as referências deste artigo. A mesma convenção aplica-se aos ensaios publicados individualmente por Feldman que aparecem na recolha coordenada por Conee e Feldman.

³ O Evidencialismo acerca da justificação epistémica acarreta, ou é muito naturalmente associado a, uma posição homónima na ética da crença (Clifford 1877; Feldman 2005, 2006 e 2007; Dougherty 2011a). Conforme alega esta posição, seria nosso *dever* acreditar apenas no que a nossa evidência suportar. Neste artigo, abordarei o Evidencialismo enquanto teoria da justificação epistémica, e não como ética da crença.

ser analisada, ou esclarecida, *apenas* nos termos da noção de evidência; mais especificamente, como sendo um *produto* (Conee e Feldman [2001] 2004: 83) ou uma *função* (Conee e Feldman 2005: 95) dela⁴. Conee e Feldman têm destacado vários princípios para descrever esta tese fundamental do Evidencialismo (2004: 101; 2008: 83). O que define esta posição mais claramente é provavelmente o seguinte:

(EJ) A atitude doxástica D para com a proposição P é justificada epistemicamente para o sujeito S no tempo *t* se e somente se ter D para com P é adequado à evidência que S tem em *t*. (Conee e Feldman [2001] 2004: 83)

Conee e Feldman ([2001] 2004: 84) reconhecem expressamente que

⁴ Vale a pena destacar que a maioria dos epistemólogos contemporâneos concorda com Conee e Feldman a respeito de uma tese diferente, denominada por Stanley (2005) *intelectualismo* e por Fantl e McGrath (2009) *purismo*. Segundo afirma esta tese, o conhecimento e a justificação epistémica de um sujeito dependem apenas de factores epistémicos (e não de factores práticos). Esta tese, principalmente no que diz respeito à noção de conhecimento, tem sido contrariada pelos teóricos da *incursão pragmática* (Stanley 2005, Fantl e McGrath 2009). No caso da justificação epistémica, estes epistemólogos defendem que o facto de S ter justificação para acreditar em P não depende unicamente de factores epistémicos, mas também da relevância prática para S da questão de saber se é verdade que P. Os mesmos factores epistémicos podem ser suficientes para S ter justificação numa situação em que a questão é pouco relevante e não ser suficientes numa situação alternativa em que a mesma questão é mais relevante. Os teóricos da *incursão pragmática* devem ser distinguidos dos proponentes do contextualismo epistemológico (DeRose 2009), que defendem uma tese semelhante. Segundo esta tese, a proposição expressa por ‘S tem justificação para acreditar em P’ muda dependendo do contexto de proferimento, isto é, da relevância, para o falante, da questão de saber se é verdade que P. Os mesmos factores epistémicos podem ser suficientes para tornar verdadeira a proposição expressa num contexto em que, para o falante, a questão é pouco relevante e não ser suficientes para tornar verdadeira a proposição expressa num contexto em que, para o falante, a questão é mais relevante. É importante não perdermos de vista que o contextualismo, tal como o evidencialismo, é uma tese intelectualista/purista. Pois, relativamente a cada contexto, que nesse contexto ‘S tem justificação para acreditar P’ diga algo de verdadeiro depende apenas de factores epistémicos. O que torna a posição de Conee e Feldman única dentro da família mais abrangente das teorias intelectualistas/puristas sobre a justificação epistémica é o facto de eles identificarem os factores epistémicos relevantes para a justificação epistémica *apenas com a evidência*.

EJ ainda não é suficiente para identificar uma posição *completa* sobre as condições nas quais S tem justificação epistémica para acreditar que (ou desacreditar, ou manter-se agnóstico quanto a) P. Conforme admitem Conee e Feldman, EJ proporciona apenas um esquema; para se obter uma posição completa a partir deste esquema, é necessário responder a três perguntas:

- (1) Por que tipo de entidades é constituída a evidência de um sujeito?
- (2) De que forma se relaciona a evidência E com a proposição P quando acreditar que P é a atitude mais adequada a E; por outras palavras, quando é que E *suporta* P?
- (3) De que forma se relaciona o sujeito S com a evidência E quando S *possui* E?

Colectivamente, as respostas às perguntas 1-3 integram o que eu chamarei de uma *teoria da evidência*. A cada teoria da evidência corresponde uma teoria evidencialista diferente sobre a justificação epistémica. Portanto é melhor encarar o evidencialismo como sendo uma família de posições específicas sobre a justificação epistémica mais do que como uma posição específica entre outras. Conee e Feldman (2008, 2011), e mais recentemente McCain (2014a, 2014b, 2015a), têm defendido teorias da evidência específicas e, portanto, têm proposto diferentes teorias evidencialistas da justificação.

Este artigo está organizado da seguinte forma. No §1, descrevo as principais motivações para EJ (§1.1), torno explícito que EJ visa analisar ou esclarecer a justificação proposicional (§1.2), e explico em que sentido é que este princípio visa descrever uma forma *internista* de justificação proposicional (§1.3). Finalmente, torno explícitas as implicações do Evidencialismo para a noção de conhecimento (§1.4). No §2 abordo as principais objecções que até agora têm sido levantadas na literatura contra a ideia, veiculada por EJ, de que a justificação epistémica de um sujeito depende apenas da evidência ao seu dispor. Estas objecções não pressupõem teorias da evidência específicas. Portanto, se forem bem sucedidas, estabelecem um resultado suficientemente geral para destituir de sentido o projecto de destilar, a partir de EJ, específicas teorias evidencialistas da justificação.

No §3 passarei a analisar as principais teses defendidas na literatura em resposta às perguntas 1-3. No §3.1 focar-me-ei na primeira pergunta, e em particular nas respostas a essa pergunta que identificam a evidência de um sujeito com os seus estados mentais (psicologismo), ou com o conteúdo proposicional dos seus estados mentais (proposicionalismo). No §3.2 abordarei a segunda pergunta. As respostas mais discutidas são a concepção do *indicador fiável* (IF), que afirma que E é evidência para P se e somente se E é um indicador fiável de P; o *probabilismo* (PROB) que afirma que E suporta P se e somente se a probabilidade de P dado E é maior que a probabilidade de P; o *explicacionismo* (EXP) que afirma que E suporta P se e somente se P faz parte da melhor explicação de E que o sujeito S tem ao seu dispor. No §3.3 abordarei a terceira pergunta. As principais respostas que discutirei são as seguintes: a menos abrangente (defendida por Feldman 1988) sustenta que S possui a evidência E na condição de E ser (o conteúdo de) um estado mental ocorrente de S; e uma resposta intermédia (defendida por Conee e Feldman 2005 e McCain 2014a), que afirma que S possui E relativamente à proposição P na condição de E ser (o conteúdo) de um estado mental ocorrente de S, ou na condição de S ter a disposição para (pensar no conteúdo de) E se for levantada a questão de saber se P. No §4, finalmente, apresentarei as teorias evidencialistas da justificação explicacionistas defendidas por Conee e Feldman (2008, 2011) e McCain (2014a, 2014b, 2015a).

1 O Evidencialismo. Considerações introdutórias

Conforme afirmam Conee e Feldman ([1985] 2004), a principal motivação para o Evidencialismo é a grande plausibilidade inicial da tese de que a justificação epistémica que um sujeito S tem para acreditar que P depende da qualidade da evidência que S tiver relativamente a P. Quanto melhor for a evidência, maior será o grau da justificação. Conee e Feldman ([2001] 2004) desenvolvem esta ideia propondo vários exemplos em que, intuitivamente, dois sujeitos têm graus diferentes de justificação para acreditar que P, e em que a melhor explicação desta diferença reside na diferente qualidade da evidência que os dois têm ao seu dispor. Num primeiro exemplo ([2001] 2004: 59), Bob e Ray estão sentados na sala de espera climatizada de um aeroporto, e lêem no jornal previsões de que hoje estaria muito calor.

Acreditam os dois que lá fora está muito calor. Bob, mas não Ray, sai do aeroporto e experimenta directamente o calor. As crenças de Bob e Ray estão ambas justificadas. Mas a justificação de Bob é melhor, e o evidencialismo explica isso muito naturalmente: a experiência de Bob fornece-lhe evidência adicional, e torna a sua justificação melhor do que a justificação de Ray. Num segundo exemplo ([2001] 2004: 59), um observador de pássaros experiente e outro inexperiente olham para o mesmo exemplar, e chegam os dois imediatamente à conclusão de que se trata de um pica-pau. Intuitivamente, o observador experiente sabe (e portanto tem excelente justificação para acreditar) que o pássaro em questão é um pica-pau, enquanto o observador inexperiente não tem nenhuma justificação. O evidencialismo explica estas intuições muito naturalmente. Pois o observador experiente tem ao seu dispor evidência de que o observador inexperiente está desprovido, nomeadamente crenças sobre as marcas distintivas do pica-pau que o segundo observador, devido à sua falta de experiência, obviamente não tem. Num terceiro exemplo ([2001] 2004: 60), Jones finge possuir um Ford; Smith, que não sabe da burla, acredita justificadamente que James tem um Ford. Mais tarde, Smith adquire razões para pensar que Jones está a fingir. Por consequência, já não tem justificação para acreditar que Jones possui um Ford. O evidencialismo explica muito naturalmente porque é que Smith deixa de ter justificação. Pois a evidência de Smith no início é diferente da sua evidência no final.

Estes exemplos motivam para Conee e Feldman a tese geral de que a justificação epistémica que um sujeito tem para acreditar nalguma proposição depende apenas da evidência ao seu dispor. Mais especificamente, como já sabemos, motivam o seguinte princípio:

(EJ) A atitude doxástica *D* para com a proposição *P* é justificada epistemicamente para o sujeito *S* no tempo *t* se e somente se ter *D* para com *P* é adequado à evidência que *S* tem em *t*.

Para entender EJ devidamente são necessárias algumas considerações introdutórias. A estas considerações é dedicado o resto deste parágrafo.

1.1 *EJ é um princípio geral*

Por ‘atitude doxástica’ Conee e Feldman entendem atitude proposicional. Portanto, EJ é um princípio bastante geral. Descreve as condições nas quais não apenas *acreditar* que P, mas também *desacreditar* em P, ou *manter-se agnóstico* quanto a P, são justificados epistemicamente para S. Desacreditar em P, todavia, é equivalente a acreditar que $\sim P$; e manter-se agnóstico quanto a P é equivalente a não acreditar que P e não acreditar que $\sim P$. Portanto, as condições nas quais desacreditar e manter-se agnóstico são justificados epistemicamente podem ser mais economicamente descritas apenas nos termos das condições nas quais *acreditar* em algo é (ou não é) justificado. Pois segue-se destas equivalências que as condições nas quais desacreditar em P é justificado coincidem com as condições nas quais acreditar que $\sim P$ é justificado, e que as condições nas quais manter-se agnóstico quanto a P é justificado coincidem com as condições nas quais nem acreditar que P nem acreditar que $\sim P$ são justificados. A maior generalidade de EJ constitui, para Conee e Feldman, uma vantagem adicional sobre aproximações rivais à justificação epistémica (2005: 106). Observam, por exemplo, que não é claro o que é que uma concepção como o fiabilismo de A. Goldman (1979) – que afirma que uma crença é justificada na medida em que é o *output* de um processo fiável de formação de crenças – deveria dizer sobre as condições nas quais manter-se agnóstico quanto a P seria uma atitude justificada epistemicamente.

1.2 *EJ. Justificação proposicional e justificação doxástica*

É muito importante não perdermos de vista que o princípio EJ visa descrever as condições nas quais o sujeito S tem justificação *proposicional* para acreditar que P. Em geral, os epistemólogos concordam que S tem justificação deste género para acreditar que P se e somente se, independentemente do facto de S acreditar que P, a atitude de acreditar que P seria uma apropriada ou razoável à luz da situação epistémica de S. Que S tenha justificação proposicional para acreditar que P quer dizer, mais precisamente, que a *proposição* P, quer S acredite nela ou não, é justificada para S. A justificação proposicional é comumente distinguida da justificação *doxástica*. A justificação

doxástica é uma propriedade das *crenças* de S, e é a propriedade epistémica que elas exemplificam na medida em que são formadas em resposta aos aspectos da situação epistémica de S que fazem com que P seja proposicionalmente justificada para S. É importante não nos esquecermos desta distinção, e do facto que EJ visa esclarecer a justificação proposicional. Pois interpretado como princípio sobre a justificação doxástica, EJ é vulnerável a óbvios contra-exemplos. Goldman e McGrath (2015: 15) descrevem o seguinte. Jack está muito ansioso quanto ao resultado eleitoral de Cindy, uma candidata ao Congresso. Está tão ansioso que interpreta mal os primeiros dados divulgados pela televisão. Substancialmente, estes dados suportam uma atitude optimista quanto às hipóteses que Cindy tem de ser eleita, mas Jack acredita que é ao contrário. Jack foca-se mais noutros dados, e embora estes dados sejam pouco relevantes, desenvolve a convicção inabalável de que eles indicam a futura vitória de Cindy. Na sequência da aquisição dos segundos dados, e negligenciando os primeiros que ao invés suportam esta conclusão, Jack acredita que Cindy irá vencer as eleições. Isso não passa de *wishful thinking*: é o desejo que Jack tem de ver a sua candidata vencer as eleições que o leva a interpretar mal dados que de facto são irrelevantes para a vitória de Cindy. Portanto a crença de Jack não é justificada no plano doxástico. Por outro lado, acreditar que Cindy vencerá as eleições é a atitude doxástica adequada à evidência de Jack; pois os primeiros dados suportam esta conclusão, e Jack viu esses dados. EJ, portanto, compromete-nos a dizer que Jack tem justificação epistémica para acreditar que Cindy irá vencer as eleições. Se EJ nos levasse a dizer que Jack tem justificação *doxástica*, o caso imaginado por Goldman e McGrath seria um contra-exemplo; pois, como acabamos de ver, a crença de Jack não é justificada doxasticamente. Mas EJ é um princípio sobre a justificação proposicional; portanto não é vulnerável a este contra-exemplo.

Para que a crença de S que P seja justificada doxasticamente, Conee e Feldman requerem que a crença que P, para além de cumprir o lado direito de EJ, seja *bem-fundamentada*. Eis como os dois autores esclarecem a noção relevante:

BF A atitude doxástica D para com a proposição P é bem-fundamentada se e somente se [...] S tem D para com P na

base de evidência e tal que:

- (a) S tem e no tempo t ;
- (b) ter D para com P é a atitude adequada a e ;
- (c) não existe um corpo mais abrangente de evidência e' tal que S tem e' no tempo t , e ter D para com P não é a atitude adequada a e' . (Conee e Feldman [1985] 2004: 93)

A satisfação de (a) e (b) garante que S tenha evidência e que justifica proposicionalmente P. A satisfação de (c) garante que a justificação que deriva de e não seja anulada por outras partes da evidência de S. A crença de Jack, no exemplo de Goldman e McGrath, não é bem-fundamentada. Pois, embora acreditar na vitória de Cindy seja a atitude adequada a uma parte da evidência de Jack, não é na base desta evidência que Jack acredita que Cindy irá vencer as eleições, mas na base de evidência irrelevante para esta conclusão.

1.3 EJ. Internismo e externismo sobre a justificação epistémica

Embora existam versões do Evidencialismo que incluem ao mesmo tempo elementos internistas e externistas (Alston 1988, Comesaña 2010, Goldman 2011), é importante observarmos que EJ, na opinião dos principais evidencialistas, descreve um tipo de justificação puramente *internista*. O internismo e o externismo acerca da justificação epistémica são respostas diferentes à questão sobre a natureza dos factores que são relevantes para a justificação epistémica (proposicional e doxástica) de um sujeito. Embora o termo ‘internismo’ seja relativamente recente, a maioria dos filósofos clássicos que se debruçaram sobre a justificação epistémica – e.g. Descartes, Locke, Hume – defenderam o internismo. Nos seus traços gerais, o internismo é a tese de que os factores relevantes para a justificação epistémica de um sujeito são *internos* à sua perspectiva cognitiva. Diferentes versões do internismo (e do externismo, na medida em que esta posição é a negação do internismo) surgem de formas diferentes de se entender a noção de algo que é interno à perspectiva epistémica de um sujeito. A versão clássica do internismo interpreta esta noção de forma *epistémica*: são internos à perspectiva cognitiva do sujeito, neste sentido, os factores aos quais o sujeito pode não problemáticamente aceder de forma introspectiva (o externismo, neste

sentido, afirma que a justificação epistémica de um sujeito pode também depender de factores aos quais o sujeito não tem acesso introspectivo). A ideia de que os factores relevantes para a justificação epistémica sejam internos neste sentido – isto é, introspectivamente acessíveis – é supostamente suportada pela ideia tradicional de que existem deveres doxásticos de natureza epistémica, e que o principal desses deveres é o de ter apenas crenças justificadas. Isso, segundo um argumento clássico, impõe a condição de que os factores que determinam a justificação epistémica sejam introspectivamente acessíveis. Se não o fossem, seguir-se-ia a conclusão, inaceitável, de que teríamos deveres doxásticos *imperscrutáveis*. Este argumento tradicional foi criticado por A. Goldman (1999). Conforme defende Goldman, a conclusão que o argumento estabelece é apenas que os factores relevantes para a justificação devem ser *facilmente* acessíveis. Isso, para Goldman, ainda não é suficiente para estabelecer a conclusão mais forte, de que esses factores devem ser *introspectivamente* acessíveis. Pois podem, os factores relevantes, ser facilmente acessíveis de forma *empírica* sem serem introspectivamente acessíveis⁵. Para o internista que defende a condição da acessibilidade introspectiva, os factores relevantes para a justificação epistémica coincidem naturalmente com os estados mentais do sujeito. Pois os estados mentais do sujeito são introspectivamente acessíveis. O facto deles cumprirem a condição de ser introspectivamente acessíveis não é a única motivação possível para identificar os factores relevantes para a justificação epistémica com os estados mentais do sujeito. A segunda variedade de internismo, defendida por Conee e Feldman, de facto interpreta a noção de ser interno à perspectiva epistémica do sujeito de forma *metafísica*; e portanto identifica os factores relevantes para a justificação epistémica do sujeito com os seus estados mentais pela diferente razão de que os estados mentais do sujeito cumprem a condição de serem internos à perspectiva do agente epistémico na interpretação metafísica. Esta interpretação tem a vantagem de ser independente do reconhecimento da existência de deveres doxásticos epistémicos, e do sucesso do argumento criticado por Goldman que visa estabelecer uma conexão entre a existência desses deveres e a condição de acessibilidade. Assenta apenas na tese plausível de que a perspectiva

⁵ Conee e Feldman (2011) aceitam a crítica de Goldman; Neta (2016) rejeita-a.

que o sujeito tem acerca da realidade é-lhe fornecida pelos estados mentais em que se encontra, e que portanto nada mais que os seus estados mentais podem fazer a diferença no que diz respeito às coisas que, a partir desta perspectiva, o sujeito tem justificação para acreditar sobre a realidade. Conee e Feldman acreditam que a justificação epistêmica sobrevém fortemente aos estados mentais. Uma forma como os dois têm expressado esta tese é destacando o princípio que se segue:

(Mj) Se dois indivíduos possíveis quaisquer são exactamente iguais do ponto de vista mental, estes indivíduos são iguais do ponto de vista da justificação; e.g. as mesmas crenças são justificadas no mesmo grau para os dois. (Conee e Feldman [2001] 2004: 56)

Em combinação com EJ, o princípio Mj acarreta que, se dois indivíduos possíveis quaisquer são exactamente iguais do ponto de vista mental, então são também iguais do ponto de vista *evidencial*. Pois se dois sujeitos pudessem ser iguais do ponto de vista mental e diferentes do ponto de vista evidencial, na presença de EJ seria possível para os dois, contra Mj, ser diferentes do ponto de vista da justificação. Como veremos mais adiante, esta consequência é relevante para a escolha de uma teoria da evidência à luz da qual destilar, a partir de EJ, uma teoria evidencialista completa da justificação. Pois para ser aceitável à luz de Mj, uma teoria evidencialista deve garantir que dois indivíduos iguais do ponto de vista mental tenham a *mesma* evidência.

1.4 EJ. Justificação epistêmica e conhecimento

Uma última consideração diz respeito à relação entre a noção de justificação explicada por EJ e a noção do conhecimento. Na medida em que, na intenção dos seus proponentes, EJ descreve um tipo de justificação internista (pelo menos no sentido de internismo captado por Mj), poderia parecer natural pensar que os seus proponentes estejam comprometidos a analisar da mesma forma a noção de conhecimento. Por outras palavras, poderia parecer natural a conclusão de que os evidencialistas que aceitam Mj estejam comprometidos a aceitar também o princípio que se segue:

(Mc) Se dois indivíduos possíveis quaisquer são exactamente iguais do ponto de vista mental, *ceteris paribus* estes indivíduos são

iguais do ponto de vista do conhecimento: *na condição de os dois acreditarem numa proposição verdadeira P*, o primeiro sabe que P se e somente se o segundo sabe que P.

Que a situação epistêmica de S seja suficientemente boa para S estar em condições de *saber* que P, conforme alega Mc, é determinado apenas pelos estados mentais de S. Embora pensar o contrário possa parecer natural, é importante sublinhar que a aceitação de Mc não compromete a aceitar esta segunda tese, veiculada por Mc. Pois pensar que seja assim poderia demasiado apressadamente levar à rejeição de Mj. Pois diferentemente de Mj, Mc é muito provavelmente falso. Comparemos, para tornar esta afirmação mais intuitiva, dois cenários. No primeiro cenário, a *Terra dos celeiros1*, o Henrique1 atravessa de carro uma paisagem repleta de verdadeiros celeiros, e dirigindo a sua atenção para o celeiro que se encontra do seu lado direito, acredita estar a olhar para um verdadeiro celeiro. No segundo cenário, a *Terra dos celeiros2*, tudo parece exactamente igual do ponto de vista do Henrique2, mas a maioria dos celeiros ao seu redor são falsos celeiros (mas tão parecidos a celeiros verdadeiros que o Henrique2 não consegue distinguir uns dos outros). O único verdadeiro celeiro é o celeiro que fica do lado direito do Henrique2. Assim, quando o Henrique2 dirige a sua atenção para aquele celeiro e acredita estar a olhar para um verdadeiro celeiro, tal como no primeiro cenário não se engana. Repare-se: as vidas mentais do Henrique1 e do Henrique 2 são iguais; os dois têm exactamente as mesmas aparentes percepções dos mesmos celeiros colocados nas mesmas posições. Portanto é muito intuitivo, tal como Mj compromete a dizer, que o Henrique1 e o Henrique 2 tenham exactamente a mesma justificação para acreditar estar a olhar para um verdadeiro celeiro. Nos dois casos a proposição de estar a olhar para um verdadeiro celeiro é verdadeira, e os dois Henriques acreditam nesta proposição. Portanto, a aceitação de Mc compromete a dizer que o Henrique1 sabe estar a olhar para um verdadeiro celeiro se e somente se o Henrique2 o sabe. Mas a intuição comum é que, diferentemente do Henrique1, o Henrique2 *não sabe* que está a olhar para um verdadeiro celeiro. Portanto a comparação entre as situações epistêmicas dos dois Henriques dá-nos razões para rejeitar Mc e para reter Mj.

Na literatura, J. Greco (2011: 168) sugeriu que Conee e Feldman analisem o conhecimento pressupondo algo como Mc. Mas Conee e Feldman estão cientes da assimetria entre Mc e Mj, e portanto aceitam o segundo princípio e não aceitam (pelo menos oficialmente) o primeiro. Afirmam, por exemplo, que o Evidencialismo é em primeiro lugar uma tese sobre a justificação epistémica, e só secundariamente uma tese sobre o conhecimento (2005: 96). Acrescentam que o evidencialismo sobre o conhecimento diz apenas que a evidência a favor de P é uma condição necessária para saber que P (2005: 96; 2011: 285). Mais do que isso, salientam expressamente que o evidencialismo não compromete a dizer que outras condições necessárias para o conhecimento devam ser esclarecidas em termos evidenciais (2011: 285). Por exemplo, retomando o exemplo das terras dos celeiros, não compromete a explicar a diferença entre as situações epistémicas do Henrique1 e do Henrique2 em termos da evidência que os dois têm ao seu dispor.

Os diagnósticos mais debatidos na literatura contemporânea das razões que impedem o Henrique2 de saber que está a olhar para um verdadeiro celeiro partilham a ideia, que tentam esclarecer de formas diferentes, de que o Henrique2, dada a forma como formou esta crença, acredita na verdade por acaso. Para R. Nozick (1981) o facto que torna a crença do Henrique2 afortunada do ponto de vista epistémico é que o Henrique teria formado esta crença mesmo se ela tivesse sido falsa (pois neste caso o Henrique2 teria olhado para um celeiro falso, e não reparando na diferença, teria acreditado na mesma que estava a olhar para um verdadeiro celeiro). Para pensadores como D. Pritchard (2007), por outro lado, o que impede o Henrique2 de ter conhecimento é o facto de ter uma crença verdadeira que muito facilmente, dada a forma como foi formada, poderia ter sido falsa. Se o Henrique tentasse muitas vezes localizar verdadeiros celeiros da mesma maneira, isto é, olhando em seu redor, na maioria das vezes acabaria por enganar-se. Pois a paisagem está repleta de falsos celeiros indistinguíveis de verdadeiros celeiros. Para Nozick uma crença verdadeira, para ser conhecimento, deve ser formada de forma *sensível*. Isto é, usando métodos capazes de garantir que, se não fosse o caso que P, aplicando-os S não acreditaria que P. As crenças que cumprem esta condição dizem-se *sensíveis*. A terapia proposta por Pritchard consiste nisso: em requerer que uma crença

verdadeira seja *segura*. Em requerer, por outras palavras, que seja formada usando métodos que garantam que S acredite que P na maioria das vezes em que P é o caso.

É digno de nota que a condição de sensibilidade e a condição de segurança podem ser cumpridas por crenças verdadeiras que não são suportadas pela evidência do sujeito. Qualquer método de formação de crenças fiável processado a nível subconsciente, como os processos empregues pelos chamados *chicken-sexer*⁶, podem ser utilizados para ilustrar este ponto. Portanto Conee e Feldman, na medida em que julgam que a evidência é uma condição necessária para o conhecimento, rejeitariam análises puramente externistas segundo as quais, para ser conhecimento, uma crença verdadeira deve apenas cumprir a condição de segurança, ou a condição de sensibilidade⁷. Não é completamente claro, por eles não se comprometerem oficialmente com nenhuma tese sobre a natureza da “quarta condição” do conhecimento (2004: 299), se Conee e Feldman aceitariam ou deveriam aceitar uma destas condições como sendo necessária para o conhecimento. Conee e Feldman, por um lado, rejeitam a ideia de que uma crença, para ser conhecimento, deva ser *fiável* (2011: 287). Por extensão, então, poderiam também ser interpretados como rejeitando a sugestão de que a condição de segurança ou de sensibilidade sejam necessárias para o conhecimento (2011: 286). O argumento esboçado por Conee e Feldman, por outro lado, parece pouco plausível. Baseia-se em exemplos em que um sujeito adquire conhecimento

⁶ Os *chicken sexer* são pessoas muito fiáveis a reconhecer o sexo dos frangos. O que torna a sua capacidade digna de nota é o facto deles fazerem isso sem terem a capacidade de identificar características dos frangos em virtude das quais os classificam.

⁷ Do ponto de vista de Nozick (1981), por exemplo, uma crença pode cumprir as condições necessárias e suficientes do conhecimento *e não ser baseada* em evidência do sujeito. Isso pode acontecer, por exemplo, quando o método que garante a sensibilidade da crença do sujeito – como, por exemplo, o método empregue pelos *chicken sexer* – não envolve a avaliação de evidência. A aceitação da teoria do conhecimento de Nozick é portanto compatível com a rejeição da tese, defendida pelos evidencialistas, de que ser baseada na evidência é uma condição necessária para uma crença ser conhecimento. Esta última tese foi recentemente criticada por Moon (2012) com base num contra-exemplo envolvendo conhecimento armazenado na memória do sujeito.

exercitando faculdades alegadamente pouco fiáveis, mas é duvidoso que estes exemplos atinjam o seu objectivo. Num primeiro caso, por exemplo, um sujeito com graves problemas de visão, olhando em sua frente, dá-se conta do movimento de um objecto no seu campo visual. O aspecto mais problemático deste exemplo é que a visão do sujeito, embora provavelmente não fiável em relação a vários assuntos, parece suficientemente fiável no que respeita ao movimento de objectos no seu campo visual.

2 Objecções gerais ao Evidencialismo

No artigo *Internalism Exposed*, A. Goldman desenvolveu uma crítica geral ao internismo, concebido como a tese de que “apenas condições internas são determinadores legítimos da justificação” (1999: 272). Muitos dos argumentos apresentados por Goldman podem ser vistos como argumentos contra EJ. Um primeiro argumento sustenta que uma crença pode ser justificada sem ser suportada pela evidência. Um exemplo seriam as crenças guardadas na memória do sujeito – como por exemplo a crença de morar numa determinada rua, ou de ter uma determinada *password* – que, intuitivamente, continuam justificadas mesmo quando, como normalmente acontece, não existem estados mentais conscientes do sujeito que as suportem. Exemplos como esses, na opinião de Goldman, indicam que a posse de evidência que suporte uma determinada proposição P não é uma condição necessária para se ter uma crença justificada em P. Um evidencialista pode responder a esta objecção de várias maneiras. Feldman ([1988] 2004: 236-7) introduz uma distinção entre a interpretação ocorrente e a interpretação disposicional de termos epistémicos (Feldman concentra-se no conhecimento, mas o que diz sobre o conhecimento pode ser adaptado à justificação). À luz desta distinção pode-se afirmar que a crença disposicional de morar numa determinada rua não é justificada no sentido ocorrente, mas é justificada no sentido disposicional, na medida em que o sujeito tem a disposição para reactivar evidência ocorrente que suporta esta crença. Por exemplo, o sujeito pode ter a disposição para reactivar memórias de ter lido várias vezes a placa que indica este nome. T. Piazza (2009) aprofundou a resposta de Feldman, introduzindo uma distinção entre a evidência disposicional de um sujeito, como a recordação de ter lido o nome da rua na

placa, e a disposição para adquirir evidência. Só a primeira pode ser encarada como sendo evidência do sujeito e, portanto, como algo que pode contribuir para a justificação das suas crenças.⁸

A resposta de Feldman não é suficiente para responder a uma segunda objecção de Goldman (1999: 280-1; 2011: 259-62). Conforme alega Goldman, muito frequentemente formamos crenças justificadas na base de evidência que depois *esquecemos*. Este facto, intuitivamente, não faz com que estas crenças deixem de estar justificadas. Mas se a evidência é perdida, e não pode ser reactivada, do ponto de vista do evidencialismo estas crenças não podem ser consideradas como estando justificadas nem no sentido ocorrente nem no sentido disposicional. Goldman (1999) oferece o exemplo seguinte. Sally lê no *New York Times* que os brócolos são saudáveis e forma a crença correspondente. Muito tempo depois, Sally esquece-se de ter lido esta informação no *New York Times*, mas retém a crença. Intuitivamente, esta crença continua justificada, mas aparentemente Sally já não tem evidência (disposicional ou de qualquer outro tipo) que a suporte. Pois perdeu a recordação relevante. Em resposta, o evidencialista pode conceder que a crença de Sally não está justificada no sentido disposicional pela recordação de ter lido a informação no *New York Times*, mas realçar que a crença de Sally continua justificada porque Sally tem *outra evidência* a seu favor. Por exemplo, pode ser atribuída a Sally a crença de fundo de que a sua memória é geralmente fiável; ou, em alternativa, pode-lhe ser atribuída a disposição para experimentar uma sensação de confiança ao lembrar-se que os brócolos são saudáveis (Conee e Feldman [2001] 2004: 70; 2011: 304). Em resposta a um novo exemplo de Goldman (2011), McCain (2015b) defendeu que o argumento dele enfrenta um dilema. Por um lado, sustenta McCain, as crenças adquiridas na base de evidência sucessivamente esquecida são normalmente acompanhadas por evidência do género mencionado por Conee e Feldman e, portanto, continuam suportadas pela evidência do sujeito (mesmo se não pela evidência original).

⁸ Um sujeito S pode ter a disposição para adquirir evidência sem possuir, nem no sentido ocorrente nem no sentido disposicional, esta evidência. Se S estiver de olhos fechados, por exemplo, é bastante óbvio que terá a disposição para adquirir (simplesmente ao abrir os olhos) evidência sobre o que está em seu redor. Esta evidência é algo que S tem a disposição para adquirir. Mas, *antes de actualizar esta disposição*, não é evidência que, nalgum sentido, se possa dizer estar na posse de S.

Por outro lado, se uma crença armazenada na memória é desacompanhada por qualquer tipo de evidência, como estipulado por Goldman no seu novo exemplo (2011: 260), é intuitivo que esta crença *não* continue justificada. Dos dois lados do dilema, para McCain, não há fenómenos epistémicos que o evidencialista não consiga explicar de forma satisfatória. Goldman sustenta que o primeiro lado do dilema proporciona uma resposta que não é suficientemente selectiva, pois compromete a dizer, por exemplo, que a crença de Sally está justificada mesmo em situações em que, intuitivamente, não o estaria. Para esclarecer este ponto, Goldman supõe que Sally tenha lido que os brócolos são saudáveis, não no *New York Times*, mas num jornal geralmente pouco fiável, o *National Inquirer*. Para Goldman, a crença de Sally neste caso estaria injustificada, tanto no momento da sua formação como depois de Sally ter esquecido a fonte da sua crença. Mas a estratégia de Conee e Feldman, e de McCain, compromete a afirmar o contrário. Pois Sally continua com a evidência disposicional de ter uma memória fiável, ou com a disposição para experimentar uma sensação de confiança ao reactivar a crença de que os brócolos são saudáveis. Em resposta, o evidencialista poderia observar que o facto da crença de Sally não estar justificada no momento da sua formação não o compromete a afirmar que esta crença não possa estar justificada mais tarde, quando Sally se esquece de ter lido a informação relevante num jornal pouco fiável e fica apenas com a convicção, que em geral podemos imaginar correcta, de poder confiar na sua memória. O facto desta crença não ter uma origem fiável compromete a negar que possa estar justificada mais tarde apenas quem aceitar uma concepção *histórica* da justificação, segundo a qual a origem causal de uma crença determina univocamente o seu estatuto epistémico. Mas obviamente uma concepção deste género não pode ser legitimamente invocada como premissa de um argumento que visa contrariar uma concepção *sincrónica* da justificação como é o evidencialismo, segundo o qual o que determina o estatuto epistémico de uma crença não é a sua origem causal, mas a evidência ao dispor do sujeito no momento em que se avaliar as suas crenças. Assim, deve pelo menos ficar em aberto que o evidencialismo não tenha recursos suficientes para responder com sucesso aos exemplos dados por Goldman.

Uma objecção diferente, desenvolvida por J. Baehr (2011), ataca a ideia de que uma proposição está justificada para um sujeito *S apenas*

na condição de ser suportada pela evidência ao seu dispor. Por outras palavras, a objecção coloca pressão sobre a tese segundo a qual o facto de S ter evidência que suporta P seria suficiente para que P seja justificada para S. Baehr propõe vários exemplos, entre os quais o seguinte. George é uma pessoa intelectualmente preguiçosa, apática e desatenta. Expectavelmente, George tem várias crenças que não deveria ter, entre as quais a crença de que a exposição ao fumo passivo não prejudica a saúde. O seu carácter intelectualmente defeituoso faz com que ande esquecido da enorme quantidade de dados científicos disponíveis que descrevem os danos ligados à exposição ao fumo passivo. Ao invés, George lembra-se perfeitamente de ter ouvido dizer por uma pessoa fidedigna que os cientistas não teriam conseguido estabelecer correlações significativas entre qualquer doença e o fumo passivo. A evidência de George suporta a crença de que a exposição ao fumo passivo não prejudica a saúde. Mas isso acontece por causa dos seus defeitos intelectuais. É apenas por ele negligenciar dados facilmente acessíveis e amplamente publicitados sobre os resultados da investigação científica que a evidência ao seu dispor favorece a tese de que a exposição ao fumo passivo não prejudica a saúde. Por consequência, esta crença parece claramente injustificada. Mas EJ compromete a afirmar que a crença de George, sendo suportada pela evidência ao seu dispor, esteja justificada. Por isso, na opinião de Baehr, EJ tem que ser rejeitado. Para bem entender a objecção de Baehr, é preciso não esquecer que ele não tenciona negar que, num determinado sentido, a crença de George instancia um valor epistémico. Portanto, concede que, qualquer que seja a origem da própria evidência, há algo de louvável do ponto de vista epistémico em acreditar em conformidade a ela. Baehr quer apenas salientar que EJ não consegue captar outros (e potencialmente mais interessantes) padrões à luz dos quais as crenças de um sujeito podem ser avaliadas. Em particular, Baehr valoriza a contribuição das virtudes intelectuais do sujeito e requer, para que a crença P de um sujeito esteja justificada em sentido pleno, que a aceitação de P seja a atitude adequada à evidência do sujeito e que o sujeito tenha manifestado, ao colectar a evidência, as suas virtudes intelectuais. Conee e Feldman (2011: 310-3) negam que os exemplos de Baehr tenham a relevância que ele lhes atribui. Na opinião deles, Baehr foca a sua atenção sobre um padrão de avaliação, não das crenças de um sujeito, mas

da sua *conduta intelectual*. Eles não negam que avaliar a conduta intelectual de um sujeito seja importante, mas afirmam que este género de avaliação não tem nada a ver com a avaliação da justificação das suas crenças. Uma crença, neste sentido para eles mais central, está justificada quando é uma resposta razoável à evidência que o sujeito tiver, e uma crença é uma resposta razoável à evidência independentemente do facto desta evidência ser ou não o produto do exercício de virtudes intelectuais. Nas palavras de McCain, “o facto de S ter justificação para acreditar em algo depende da evidência que S tem, e não da evidência que S *poderia* ter tido” (2014a: 150).

Um problema diferente, levantado por Goldman e McGrath (2015: 30-1), tem a ver com a capacidade de EJ para explicar a justificação das crenças introspectivas. É fortemente intuitivo, por um lado, que o facto de um sujeito S ter uma dor de cabeça dá-lhe justificação para pensar que tem uma dor de cabeça. O defensor de EJ, na medida em que afirma que toda a justificação epistémica depende da evidência, está comprometido a identificar a evidência que, especificamente, suporta a crença introspectiva de ter uma dor de cabeça. Uma primeira alternativa, segundo Goldman e McGrath, consiste em dizer que a evidência que suporta a crença de ter uma dor de cabeça é a *experiência introspectiva* dirigida à própria sensação de ter uma dor de cabeça. O problema desta alternativa, na opinião de Goldman e McGrath, é que uma experiência introspectiva carece do carácter sensorial que caracteriza outros tipos de experiências (e.g. visuais, auditivas, etc.) e que explica a sua capacidade para fornecer ao sujeito justificação epistémica. Uma segunda alternativa é a de dizer que a evidência que suporta a crença de ter uma dor de cabeça é a própria *sensação de ter uma dor de cabeça*. O problema desta resposta, para Goldman e McGrath, é que parece susceptível de ser generalizada a casos em que o sujeito obviamente não tem justificação introspectiva. Se a sensação de ter uma dor de cabeça justifica a crença introspectiva de ter uma dor de cabeça, poder-se-ia perguntar, porquê o facto do giro fusiforme do córtex occipital ter sido activado não me justifica em pensar que o giro fusiforme do córtex occipital foi activado? Para Goldman e McGrath, o evidencialista deveria responder a perguntas como esta, mas na opinião deles não é claro que razões poderia ele destacar para diferenciar os dois casos. Uma terceira resposta para o evidencialista é sugerida pelos teóricos

da *acquaintance*, que é a relação que supostamente ocorre entre um sujeito e um estado mental quando o estado mental lhe é apresentado de forma directa e não-mediada. Ao se relacionar desta forma com um estado mental – por exemplo com uma dor de cabeça – o sujeito teria “perante” si o fazedor de verdade da crença de ter uma dor de cabeça de uma forma que lhe fornece uma absoluta garantia epistémica (Fumerton 2005: 122). Se esta resposta funcionar, ela marca uma clara assimetria entre o caso da dor de cabeça e o caso do giro fusiforme do córtex cerebral ser activado. Pois este segundo facto, diferentemente do primeiro, não é objecto de uma relação de *acquaintance*.

3 Teorias da evidência

Vimos na introdução que EJ proporciona apenas um esquema geral. A partir deste esquema podem ser geradas diferentes teorias evidencialistas da justificação proposicional, dependendo da forma como se conceber a ontologia da evidência, a natureza da relação do suporte epistémico e a natureza da relação de ter uma determinada evidência. Às principais teses debatidas em resposta a estas questões são dedicados os parágrafos que se seguem.

3.1 A ontologia da evidência

As principais opções em resposta a questão sobre a natureza da evidência são o *proposicionalismo*⁹, que identifica a evidência com proposições, e o *psicologismo*¹⁰, que identifica a evidência com estados mentais do sujeito. É importante sublinhar desde o início que o princípio Mj não compromete um evidencialista a aceitar o psicologismo. EJ e Mj, como já vimos, acarretam a tese de que dois indivíduos possíveis quaisquer não podem instanciar estados mentais idênticos

⁹ Defendem uma posição proposicionalista: Darwall (1983: 31-2), Scanlon (1999: 56-7), Brandom (2000: 18), Williamson (2000: 195-6), Dougherty (2011b: 226-32), Littlejohn (2012) e Piazza (2017b).

¹⁰ Defendem uma posição psicologista: Pollock e Cruz (1999: capítulo 5), Neta (2002: 669), Conee e Feldman (2004, 2008, 2011), Bergmann (2007) e Turri (2009).

e ter evidência diferente. Esta tese é uma consequência directa do psicologismo. Pois o psicologismo *identifica* a evidência de um sujeito com os seus estados mentais. Portanto, o psicologismo é uma opção natural para quem aceita EJ e MJ. Mas a aceitação de EJ e MJ é também compatível com o proposicionalismo. Se por exemplo a evidência for identificada com o *conteúdo proposicional* dos estados mentais de um sujeito, dois sujeitos não podem instanciar estados mentais idênticos e ter evidência diferente. Quem aceita EJ e MJ, apenas fica proibido de aceitar a versão factiva do proposicionalismo (defendida por exemplo em Williamson 2000), que identifica evidência e conteúdo proposicional *verdadeiro* dos estados mentais de um sujeito. Pois dois sujeitos possíveis *podem* instanciar os mesmos estados mentais e ter evidência diferente. Por exemplo, isso acontece se o segundo sujeito, mesmo sendo um duplicado mental do primeiro, é um cérebro numa cuba. Tratarei mais tarde do debate em torno do *proposicionalismo factivo*. Para já, mais vale começarmos pela questão de saber se a evidência é constituída por proposições (verdadeiras ou falsas) ou por estados mentais.

Um argumento de Williamson (2000) muito discutido a favor da tese proposicionalista assenta na premissa de que a evidência é aquilo que as hipóteses explicam. Desta premissa, em conjunto com aquela segundo a qual as explicações explicam entidades proposicionais, pode retirar-se a conclusão de que a evidência só pode ser constituída por proposições. Williamson propõe mais dois argumentos para o proposicionalismo, paralelos a este primeiro argumento. O segundo e o terceiro argumentos assentam, respectivamente, na premissa de que a evidência tem uma probabilidade e na premissa de que a evidência exclui as hipóteses que contradiz. A partir destas premissas, em conjunto com aquelas segundo as quais só entidades proposicionais têm uma probabilidade e só entidades proposicionais podem estar em contradição com outras hipóteses, Williamson tira a mesma conclusão, de que a evidência só pode ser constituída por proposições. Em resposta ao primeiro argumento de Williamson, Conee e Feldman (2011: 322) concedem que as explicações são dadas através de (enunciados que expressam) proposições, mas afirmam que as explicações não explicam estas proposições, mas sim os eventos que estas proposições relatam. Para reforçar esta resposta, McCain (2014a: 14) propõe um paralelo entre alguém usar enunciados para descrever

algo (um pôr-do-sol, no exemplo de McCain) e alguém usar enunciados para explicar porquê alguma coisa aconteceu. McCain observa que o sujeito não descreve as proposições que os enunciados por ele proferidos expressam, mas sim as coisas – o pôr-do-sol – descritas por essas proposições. Da mesma maneira, para McCain o segundo sujeito não explica as proposições que os enunciados por ele proferidos expressam, mas sim os eventos que essas proposições relatam. Conee e Feldman acham que o segundo e o terceiro argumentos de Williamson podem ser contrariados da mesma forma. Nomeadamente, mantendo que não são as proposições, mas sim os eventos que estas proposições relatam, que têm uma probabilidade e que não são as proposições que contradizem uma hipótese, mas sim os eventos que estas proposições relatam que a excluem.

Mais recentemente, C. Littlejohn (2012: 100-1) defendeu um novo argumento a favor da tese segundo a qual as explicações explicam entidades proposicionais. Este argumento baseia-se no exemplo que se segue. Coop bebe um vinho. O vinho é um Borgonha e está envenenado. Por causa do veneno, Coop vomita. O evento do Coop beber o vinho, de beber um Borgonha e de beber o veneno são o mesmo evento. Mas o que explica o facto de Coop vomitar é apenas o facto dele ter bebido um vinho envenenado, não o facto dele ter bebido um vinho, ou um Borgonha. Portanto os *relata* das relações explicativas não são eventos, mas as proposições que os relatam. O argumento de Coop pode ser criticado por várias razões (veja-se McCain 2014a, e Piazza 2017b para uma resposta). Piazza (2017b) observa que a premissa de que o evento do Coop beber o vinho, de beber um Borgonha e de beber o veneno são o mesmo evento pode ser rejeitada à luz do critério para a identidade dos eventos defendido por J. Kim (1966), segundo o qual dois eventos são idênticos se e somente se são constituídos pelos mesmos objectos e pelas mesmas propriedades. Pois ser um Borgonha e estar envenenado são propriedades diferentes. Por isso, no intuito de defender o proposicionalismo, Piazza apresenta um novo argumento para a conclusão de que as explicações explicam proposições que *pressupõe* explicitamente o critério de Kim. O argumento desenvolvido por Piazza assenta no exemplo que se segue. Num mercado, um soldado vê a morte, que olha para ele de uma forma que lhe parece ameaçadora. Assustado, ele foge para Samarcanda, onde não sabe que tem um encontro

marcado com a morte (a morte estava surpreendida por vê-lo ali). O desejo do soldado de não morrer explica por que motivo ele fugiu para Samarcanda. Mas o deslocar-se para Samarcanda e o deslocar-se para o lugar do seu encontro com a morte – dado que Samarcanda é o lugar do seu encontro com a morte – são o mesmo evento à luz do critério de Kim. Se o desejo do soldado explicasse o primeiro *evento*, portanto, deveria explicar o segundo. Mas o desejo do soldado de não morrer não explica o seu deslocar-se para o lugar onde é suposto morrer. Portanto nem sequer explica o evento dele deslocar-se para Samarcanda. Explica a *proposição* de que o soldado se deslocou para Samarcanda, que é diferente da proposição de que o soldado se deslocou para o lugar do seu encontro com a morte.

O psicologismo foi defendido recentemente por McCain (2014a) e mais resolutamente por Turri (2009). Turri, em particular, apresentou vários argumentos a favor do psicologismo (e contra o proposicionalismo). Aqui apresento três argumentos. O primeiro argumento de Turri (2009: 497-8), defendido também por K. Glüer-Pagin (2009), afirma que a tese proposicionalista torna incompreensível a justificação perceptiva. Imaginem, por exemplo, que S tem uma experiência perceptiva de ter duas mãos e que, na sequência disso, passa a acreditar que tem duas mãos. Intuitivamente, a crença do sujeito de ter duas mãos está justificada epistemicamente. Mas o proposicionalismo tem dificuldades em explicar isso. Pois compromete a dizer que a evidência de S coincide com o conteúdo da sua experiência (Dougherty 2011: 299), isto é, com a própria proposição de ter duas mãos. Mas assim sendo o sujeito move-se num círculo, pois baseia a crença de ter duas mãos em evidência que coincide com esta mesma proposição! O psicologismo não tem esta dificuldade, pois identifica a evidência de S, não com a proposição de ter duas mãos, mas com a *experiência* de as ter. Também o segundo argumento de Turri (2009: 499-500) pretende estabelecer o psicologismo mostrando que está isento dos problemas que afligem o proposicionalismo. Na opinião de Turri, em particular, o proposicionalismo é incapaz de explicar as intuições muito naturalmente despertadas pelo exemplo que se segue. Nevil acredita que, se Deus existe, não pode haver mal desnecessário no mundo, e mantém-se agnóstico quanto à existência de mal desnecessário. Portanto, razoavelmente na opinião de Turri, Nevil mantém-se agnóstico quanto à existência

de Deus. Numa segunda variante do exemplo, Nevil acredita que há mal desnecessário e, retendo a crença na condicional, razoavelmente descrê que Deus exista. O proposicionalismo compromete a dizer que as razões de Nevil no primeiro e no segundo exemplo são os conteúdos dos seus estados mentais – isto é, nos dois casos, a proposição de que se Deus existe não há mal desnecessário no mundo, e a proposição de que há mal desnecessário no mundo. O proposicionalista que aceita o dado intuitivo de que as atitudes de Nevil estão justificadas no primeiro e no segundo exemplos está, portanto, comprometido a aceitar a conclusão contra-intuitiva segundo a qual *a mesma evidência* pode justificar atitudes diferentes para com a mesma proposição. O psicologista não tem este problema, pois para ele a evidência de Nevil no primeiro exemplo é diferente da evidência dele no segundo. No primeiro caso inclui o estado mental de manter-se agnóstico quanto à existência de mal desnecessário, e no segundo inclui a crença de que haja mal desnecessário no mundo. O proposicionalista pode negar que todos os estados mentais de um sujeito proporcionam evidência, e assim evitar a consequência contra-intuitiva de que estados mentais diferentes tendo o mesmo conteúdo – como a crença de que chova, a esperança de que chova e a imaginação de que chova – providenciem para o sujeito a mesma evidência. Em particular, o proposicionalista pode identificar a evidência com o conteúdo dos estados mentais que representam *como sendo verdadeiro* o seu conteúdo proposicional, e portanto negar que no primeiro exemplo a proposição de que há mal desnecessário no mundo faça parte da evidência de Nevil. Naturalmente, esta resposta compromete o proposicionalista a explicar nos termos da evidência a justificação da atitude agnóstica de Nevil quanto à existência de Deus no primeiro exemplo. Mas evidência deste tipo não parece difícil de se encontrar. Pois a evidência que justifica uma atitude agnóstica para com uma proposição é apenas evidência que não suporta nem a crença nesta proposição nem a crença na sua negação. É portanto suficiente que Nevil não represente como verdadeiras proposições que suportam a crença de que Deus existe, ou a sua negação, para que a evidência ao seu dispor suporte uma atitude agnóstica.

Um terceiro argumento de Turri (2009: 503-4), que ele acha o melhor a favor do psicologismo, assenta na premissa segundo a qual para entender a evidência de um sujeito é necessário e suficiente

conhecer os seus estados mentais, e mantém que o psicologismo oferece a melhor explicação desta tese. O proposicionalista pode replicar que a sua posição também é capaz de explicar a tese de que para entender a evidência de um sujeito é necessário e suficiente conhecer os seus estados mentais observando que, se a evidência de um sujeito consiste nos conteúdos proposicionais dos seus estados mentais (ou de uma parte destes estados mentais), obviamente para entender esta evidência será necessário e suficiente conhecer os estados mentais do sujeito. Esta resposta, em parte antecipada por Turri, deixa-lhe a possibilidade de replicar que a explicação proposicionalista é menos simples do que a explicação psicologista e é, por isso, *pior*. Mas não há grande acordo entre os filósofos sobre o que é que torna uma explicação melhor do que outras; portanto, não é assim tão claro que a resposta de Turri deixe o psicologista numa posição melhor do que a do proposicionalista.

Dada a incompatibilidade do proposicionalismo factivo com a conjunção de EJ e MJ, o debate entre os proposicionalistas factivos e não-factivos poderia ser inserido numa secção diferente deste artigo, como por exemplo o parágrafo sobre as objecções gerais ao evidencialismo. O filósofo que mais tem contribuído para a defesa da tese de que a evidência consiste em proposições verdadeiras é T. Williamson (2000). Em particular, Williamson defende a tese de que a evidência de um sujeito consiste nas proposições *conhecidas* por ele (a chamada tese $E=K$). Sendo que só se podem conhecer proposições verdadeiras, a posição de Williamson obviamente acarreta o proposicionalismo factivo. O argumento principal de Williamson a favor de $E=K$ baseia-se no exemplo seguinte. Um observador olha para um vídeo, que mostra um saco de onde n bolinhas vermelhas foram extraídas sucessivamente. Indutivamente tira a conclusão $(n+1)$ de que também a bolinha $n+1$ extraída do saco foi vermelha. No exemplo de Williamson a conclusão desta retro-indução é verdadeira e justificada. Para Williamson, todavia, a proposição $(n+1)$ não faz parte da evidência do sujeito; pois a hipótese $(n+1^*)$ de que a $n+1$ ésima bolinha fosse preta é claramente compatível com a evidência do sujeito, e não o seria se $(n+1)$ fizesse parte desta evidência. Pois a proposição $(n+1)$ contradiz $(n+1^*)$. Sendo que o sujeito tem uma crença verdadeira e justificada na proposição $(n+1)$, a única

explicação possível é que esta proposição não faça parte da evidência do sujeito por não ser conhecida por ele.

Não é claro como um evidencialista deveria responder a este argumento. A. Goldman (2009) sugeriu uma explicação alternativa do facto da proposição $(n+1)$ não fazer parte da evidência do sujeito. Nomeadamente, o facto da crença do sujeito não ser (não conhecimento mas) não-inferencialmente justificada. A teoria da evidência que sustenta esta sugestão ($E=NPJ$) – isto é, a teoria segundo a qual uma proposição faz parte da evidência de um sujeito S se e somente se é não-inferencialmente justificada para S – tem porém uma desvantagem maior, a de não deixar espaço para a evidência perceptiva. Se, para ser evidência, uma proposição deve ser justificada não-inferencialmente – isto é, paradigmaticamente, por uma experiência – a própria experiência não pode ser considerada evidência, e a justificação não-inferencial por ela proporcionada contradiz o princípio EJ. McCain (2014a) não responde directamente ao argumento de Williamson, mas avança um argumento contra a tese $E=K$. O argumento de McCain baseia-se essencialmente na comparação da situação evidencial dos dois Henriques, o Henrique1 e o Henrique2 das duas terras dos celeiros, que já encontramos há pouco. Na opinião de McCain, os dois Henriques têm a mesma evidência, mas apenas o primeiro sabe estar a olhar para um celeiro. Por isso conclui que a condição de ser conhecida por um sujeito não é necessária para que uma proposição faça parte da evidência dele. Este argumento não parece irresistível. McCain observa correctamente que os dois Henriques “seriam igualmente razoáveis se apostassem sobre a presença de celeiros nas suas imediações, se actuassem como se perto deles estivesse um celeiro, se pensassem ter visto um celeiro, etc.” (2014a: 22). Mas isso, poder-se-ia replicar, ainda não é suficiente para afirmar que a proposição de estar lá um verdadeiro celeiro faz parte da evidência de ambos. Pois as intuições destacadas por McCain suportam apenas a conclusão de que os dois Henriques têm a mesma justificação para pensar que lá esteja um verdadeiro celeiro, não que a proposição correspondente faça parte da evidência dos dois. Por outro lado, surgiram na literatura recente vários argumentos que visam estabelecer a tese de que uma proposição falsa pode justificar as crenças de um sujeito. Num exemplo muito discutido de Rizzieri (2011), o sujeito acha, erradamente, que (FP) fechou a porta

do seu escritório; a partir de (FP), infere que (E) ninguém pode entrar no seu escritório. Na opinião de Rizzieri, é intuitivo que o sujeito esteja justificado em acreditar em E, e a melhor explicação desta intuição é que, apesar de ser falsa, a proposição FP seja evidência que o sujeito tem para acreditar em E.¹¹

3.2 Teorias do suporte epistémico

Nesta secção, abordaremos a questão de saber em que condições é que acreditar que P é a atitude mais adequada a E; ou seja, a questão de saber em que condições é que E suporta epistemicamente P. As teorias que encontraremos terão que ser adaptadas à ontologia da evidência que se escolher.

Uma teoria muito debatida afirma o seguinte:

(SE1) E é evidência para P se e somente se E é um indicador fiável da verdade de P.

A partir de (SE1) podem gerar-se duas teorias, dependendo da ontologia da evidência que se adoptar:

(SE1_{PSI}) O *estado mental* E é evidência de S para P se e somente se o facto de S ter E é um indicador fiável da verdade de P.

(SE1_{PRO}) A *proposição* E é evidência de S para P se e somente se a verdade de E é um indicador fiável da verdade de P.

Estas teorias são susceptíveis de ser criticadas à luz de um argumento geral de que evidencialistas como Conee e Feldman (2008) estão cientes. Podemos apreciar esta dificuldade mais geral tomando em consideração uma segunda teoria do suporte epistémico, que pode ser vista como uma interpretação da primeira teoria. Conforme alega esta segunda teoria:

(SE2) E é evidência para P se e somente se a probabilidade objectiva de P dado E é maior do que a probabilidade prévia de P.

¹¹ Littlejohn (2012: 107) replicou que o exemplo de Rizzieri não é um verdadeiro contra-exemplo, pois a suposição de que FP seja evidência para E acarreta que FP seja verdadeira. McCain (2014a), por sua vez, defende a bondade do exemplo de Rizzieri.

(SE2) pode ser vista como uma interpretação de (SE1); pois não é implausível analisar a noção de um indicador fiável em termos probabilísticos. Quem aceitar esta interpretação dirá que A é um indicador fiável de B se e somente se a presença (ou verdade) de A aumentar a probabilidade de B ser o caso. A partir de (SE2) podem derivar-se as seguintes duas versões:

(SE2_{PSI}) O *estado mental* E é evidência de S para P se e somente se a probabilidade objectiva de P dado que S tem E é maior que a probabilidade prévia de P.

(SE2_{PRO}) A *proposição* E é evidência de S para P se e somente se a probabilidade objectiva de P dado que E é verdadeira é maior que a probabilidade prévia de P.

(SE1), (SE2) e as respectivas versões assumem que o facto de E ser evidência para P depende do facto de E se relacionar de uma forma objectiva específica com P; no caso das primeiras duas teorias, a relação em questão é a relação mais geral de *indicar de forma fiável*, no segundo caso é a relação mais específica de *aumentar a probabilidade objectiva*. Esta característica comum torna estas teorias inadequadas para destilar a partir de EJ uma teoria evidencialista da justificação. Pois E pode relacionar-se com P de uma das duas formas objectivas sem que o sujeito tenha alguma noção disso; num caso destes, pode acontecer que S tenha E sem que S tenha a menor justificação para acreditar em P. Considere-se o exemplo que se segue. Imagine-se que (E) a boca do paciente está repleta de manchas de Koplik. As manchas de Koplik, como a medicina descobriu há muito, são um indicador fiável e tornam muito provável que (P) o paciente tenha sarampo. Imagine-se agora que o sujeito S sabe que E, sem saber que as manchas de Koplik são um indicador fiável e que tornam muito provável P. Numa situação destas, intuitivamente, S não tem nenhuma justificação para acreditar em P. Mas EJ, interpretada à luz de (SE1) e (SE2), prevê o contrário; pois, à luz das duas teorias, E é evidência para P e S *tem* P.

Como foi observado por T. Kelly (2014), a inadequação de teorias como (SE1) e (SE2) consiste em não conseguirem caracterizar uma noção de evidência *normativa*; uma noção de evidência, por outras palavras, capaz de garantir a conexão geralmente reconhecida

pelos epistemólogos entre a noção de evidência e a noção de justificação epistémica. Por estas razões, Conee e Feldman (2008: 97-8) propuseram uma teoria do suporte epistémico *explicacionista*. Conforme alega esta teoria,

(SE3) E é evidência para P se e somente se P faz parte da melhor explicação de E que S tem ao seu dispor.¹²

SE3 é preferível a SE1 e SE2, pois caracteriza uma noção de evidência normativa. À luz de SE3, por exemplo, mesmo estando ciente da existência das manchas de Koplik na boca do paciente, o sujeito S não tem *evidência* para acreditar que tenha sarampo. Pois S não sabe da existência de uma conexão entre as manchas de Koplik e o sarampo; portanto, que o paciente tenha sarampo não é uma explicação das manchas de Koplik *que ele tenha ao seu dispor*. SE3 parece muito intuitiva. Segundo esta teoria, as relações evidenciais são no fundo relações explicativas. De facto podem ser formuladas duas versões desta teoria.

(SE3_{PSI}) O estado mental E é evidência de S para P se e somente se P faz parte da melhor explicação do facto de S ter E que S tem ao seu dispor.

(SE3_{PRO}) A proposição E é evidência de S para P se e somente se P faz parte da melhor explicação da verdade de E que S tem ao seu dispor.

Apesar da sua plausibilidade, estas teorias enfrentam uma dificuldade. Como K. Lehrer (1974: 166) e A. Goldman (2011: 277-8) mostraram, existem casos em que um sujeito S acredita numa proposição P que não faz parte da melhor explicação da sua evidência E, mas S está ainda assim justificado em acreditar em P por ser esta proposição uma consequência lógica de E. No exemplo de Lehrer, o sujeito sabe que uma coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros. Sabe que um rato está afastado 3 metros da base do mastro, e calcula

¹² Conee e Feldman (2008) afirmam que os princípios epistémicos mais básicos são princípios da melhor explicação. Não é claro se Conee e Feldman aceitariam a tradução em forma bicondicional desta ideia geral, ou se se limitariam a traduzir a ideia de forma condicional. E. Conee, conforme relata McCain numa nota de rodapé (2014a: 80), afirma estar comprometido apenas com a tese condicional.

que a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros. Intuitivamente, esta crença do sujeito está justificada. Mas a proposição de que a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros não explica porque é que o rato está a 3 metros do mastro, nem porque é que a coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros. O exemplo de Lehrer é principalmente um contra-exemplo para (SE3_{PRO}). Pois no caso de Lehrer a evidência que intuitivamente justifica a crença de que a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros é constituída pela *proposição* de que o rato está afastado 3 metros do mastro e pela *proposição* de que a coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros, e o que (SE3_{PRO}) impede de dizer é mesmo que estas *proposições* são evidência para a proposição de que a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros. Todavia, o exemplo de Lehrer pode ser interpretado também como um contra-exemplo para (SE3_{PSI}). Pois não parece plausível afirmar que o facto da distância entre a coruja e o rato ser de 5 metros faça parte da melhor explicação que o sujeito tem ao seu dispor de porque é que *acredita* que o rato está afastado 3 metros do mastro e *acredita* que a coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros. A existência destas crenças, muito mais plausivelmente, é explicada pelos elementos da psicologia do sujeito que são causalmente responsáveis pela sua formação.

Uma maneira de contornar os contra-exemplos de Lehrer e Goldman é complementar a análise veiculada por (SE3) da forma que se segue (McCain 2014a: 64):

(SE4) E é evidência para P se e somente se P faz parte da melhor explicação de E que S tem ao seu dispor, ou P está disponível para S enquanto consequência lógica da melhor explicação de E que S tem ao seu dispor.

O segundo conjunto do lado direito de (SE4) permite proteger, pelo menos na interpretação proposta pela versão proposicionalista deste princípio, da objecção de Lehrer (e da objecção equivalente de Goldman). Pois na medida em que a proposição de que o rato está afastado 3 metros do mastro e a proposição de que a coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros estão justificadas, elas são parte da melhor explicação da evidência que o sujeito tem ao seu dispor e, portanto, a proposição de que a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros, pelo menos se o sujeito conhece o teorema

de Pitágoras, está disponível ao sujeito enquanto consequência lógica da melhor explicação da sua evidência. No último parágrafo, em que analisaremos de forma mais pormenorizada o *evidencialismo explicacionista* defendido por McCain, veremos que EJ, interpretado à luz de (SE4), tem vários problemas que podem ser vistos como dificuldades adicionais para esta teoria do suporte evidencial. Para já, mais vale dedicarmo-nos à última questão, que é a de saber o que quer dizer para um sujeito S *ter* uma evidência E.

3.3 *Ter evidência*

Como R. Feldman reconhece expressamente ([1998] 2004: 219), o que uma teoria epistemológica disser sobre as condições em que E faz parte da evidência ao dispor de um sujeito S acarreta implicações substanciais relativamente às crenças de S que esta teoria compromete a caracterizar como sendo racionais ou justificadas. Feldman propõe o exemplo que se segue. Jones diz-me que a subida a Precarious Peak é algo que está ao meu alcance. Isso aparentemente justifica-me a acreditar que estou em condições de fazer esta caminhada. Não me lembro, porém, da vez em que Jones me disse a mesma coisa acerca da descida pelo Rapid River abaixo. Tinha-me dito que era fácil de fazer, mas revelou-se uma tarefa extremamente complexa. Poderia facilmente lembrar-me disto, se alguém me perguntasse sobre o passeio em canoa no Rapid River. Mas neste momento ainda não recuperei este episódio, que fica guardado na minha memória. Que Jones tenha mentido naquela ocasião faz ou não parte da minha evidência? Esta questão é extremamente relevante para avaliar o estatuto epistémico da crença de estar em condições de fazer a caminhada até ao Precarious Peak. Pois a recordação de que Jones me enganou no passado é um *derrotador* da justificação baseada no testemunho de Jones hoje. Se portanto faz parte da minha evidência, a minha crença não está justificada; mas se o facto de não ter sido recuperada exclui esta recordação da minha evidência, a crença está justificada.

Feldman ([1998] 2004: 226) distingue entre a *evidência total possível* (ETP) e a *evidência total* (ET) de um sujeito. A primeira inclui todos os estados mentais do sujeito S: os seus estados mentais ocorrentes (as suas crenças conscientes, as suas experiências perceptivas, etc.) e, independentemente da dificuldade que o sujeito

encontraria se tentasse recuperá-las, todas as crenças armazenadas na sua memória. Feldman pressupõe uma ontologia psicologista da evidência. Mas a noção de evidência total possível pode facilmente ser definida de uma forma compatível com uma ontologia proposicionalista da evidência. Faz parte da evidência total possível de um sujeito, para um proposicionalista, o conteúdo proposicional dos seus estados mentais ocorrentes (das suas crenças conscientes, das suas experiências perceptivas, etc.) e o conteúdo de todas as crenças armazenadas na sua memória. A evidência total de S é a parte da evidência total possível de S que é relevante para determinar que proposições estão justificadas para S. Usando a terminologia de Feldman, as posições disponíveis em resposta à questão de saber qual a evidência de um sujeito podem portanto ser formuladas da forma que se segue.

Concepção Abrangente (CA) A evidência total de S coincide com a evidência total possível de S.

Concepção Moderada (CM) A evidência total de S coincide com (o conteúdo de) os estados mentais ocorrentes de S e com (o conteúdo de) uma parte das crenças de S guardadas na sua memória.

Concepção Restritiva (CR) A evidência total de S coincide com (o conteúdo de) os estados mentais ocorrentes de S.

Não é difícil mostrar que a Concepção Abrangente é *demasiado* abrangente. Feldman imagina um sujeito que mantém, profundamente guardada na sua memória, a recordação de ter morado na infância numa casa amarela. Esta memória é tão profunda, que poderia ser recuperada pelo sujeito só com grandes esforços, e se fosse estimulado de forma sistemática. No seu dia-a-dia de facto não se lembra de ter morado naquela casa, nem se lembra da sua cor. Não obstante isso, (CA) compromete a afirmar que a recordação de ter morado numa casa amarela faz parte da evidência total do sujeito; portanto compromete a dizer que manter-se agnóstico quanto à cor daquela casa seria uma atitude epistemicamente injustificada. Mas obviamente, não tendo memórias conscientes da casa, nem estando em condições de recuperá-las facilmente, manter-se agnóstico é a atitude suportada pela evidência que o sujeito tem ao seu dispor. Segue-se a conclusão

de que a recordação da casa amarela não faz parte da evidência total do sujeito e, portanto, que (CA) tem que ser rejeitada.

Por razões que analisaremos daqui a pouco, Feldman ([1998] 2004) mantém que a Concepção Moderada tem problemas irresolúveis, e defende a Concepção Restritiva. Feldman está ciente de que esta concepção pode ser criticada por ser exageradamente restritiva. Por exemplo, admite que no caso da caminhada a Precarious Peak o sujeito é criticável por não se lembrar do engano de Jones relativamente ao Rapid River, e que isso de alguma maneira afecta a racionalidade da crença de que pode fazê-la facilmente. Isso pode alimentar a suspeita de que a crença relativa à primeira mentira de Jones *faça* parte da evidência do sujeito mesmo continuando armazenada na sua memória. Todavia, para Feldman esta conclusão estaria errada. Feldman ([1998] 2004: 234) distingue entre a *racionalidade epistémica de estado ocorrente* de uma crença, que é relativa à conformidade de uma crença à evidência que um sujeito tiver num determinado momento, e a *sua racionalidade metodológica*, que é relativa aos métodos aplicados pelo sujeito na formação da crença. Feldman admite que negligenciar evidência facilmente acessível não é um método racional de formar uma crença e, portanto, concede que a crença de poder facilmente fazer a caminhada é criticável por não ser metodologicamente racional. Disto porém não se segue que esta crença seja criticável também por não ser racional no primeiro sentido. Portanto não se segue que a mentira de Jones seja parte da evidência que o sujeito tem ao seu dispor no momento actual. Para tornar a distinção mais evidente, Feldman imagina uma situação alternativa, em que a informação relativa à dificuldade da caminhada que o sujeito não leva em conta não está armazenada na sua memória, mas está contida num guia que o sujeito nem sequer se dá ao trabalho de abrir. De forma para Feldman essencialmente paralela, a crença do sujeito de poder fazer facilmente a caminhada é irracional do ponto de vista metodológico, mas racional se avaliada à luz da evidência que o sujeito de facto tem ao seu dispor.

McCain (2014a: 45) acha que a crença do sujeito é irracional também no sentido ocorrente. Para mostrar isso, propõe uma variante do exemplo de Feldman. Neste segundo exemplo, o sujeito, em t_1 , lembra-se da mentira de Jones acerca do Rapid River; em t_2 , lê no guia sobre a dificuldade da subida ao Perilous Peak; em t_3 , Jones

garante-lhe que pode facilmente subir ao Perilous Peak. McCain imagina que o sujeito, mentalmente absorvido por outras tarefas, em t_3 não está a pensar na informação obtida em t_1 e em t_2 , e que por esta razão aceita acriticamente o testemunho de Jones, acabando assim por acreditar que pode facilmente fazer a caminhada até Perilous Peak. Para McCain, é intuitivo que a crença do sujeito seja irracional *dos dois pontos de vista*. Que seja irracional do ponto de vista ocorrente, porém, quer dizer que a informação obtida em t_1 e em t_2 que o sujeito actualmente não considera *continua* a fazer parte da sua evidência mesmo não sendo objecto de um estado mental consciente. Portanto, McCain realça a conclusão de que (CR) é demasiado restritiva e sugere, como mais prometedora, uma concepção moderada segundo a qual a evidência de um sujeito é constituída também por algumas crenças armazenadas na sua memória.¹³ Mas que condição deve cumprir uma crença armazenada na memória de um sujeito para fazer parte da sua evidência? As objecções de Feldman ([1998] 2004), antecipadas umas páginas atrás, alegam que não existe forma satisfatória de responder a esta pergunta.

Feldman ([1998] 2004: 231-2) começa por observar que as crenças armazenadas na memória do sujeito, para poderem ser legitimamente consideradas parte da sua evidência no tempo t , devem, no tempo t , pelo menos cumprir uma condição de acessibilidade contrafactual. A condição que Feldman considera mais prometedora é a seguinte:

Contrafactual A crença E faz parte da evidência de S no tempo t se e somente se existe uma proposição P tal que é verdade, no tempo t , que se surgisse a questão de que evidência tem S ao seu dispor quanto a P , S pensaria em E .

Este contrafactual baseia-se na ideia que, se E faz parte da evidência de S , deve existir pelo menos uma proposição P tal que, se o sujeito abordasse a questão de saber que evidência ele tem a respeito de P , pensaria em E . Feldman não julga problemática a assunção de que uma proposição como P exista para qualquer crença E de S que seja intuitivo considerar parte da sua evidência. O problema, para Feldman, é que proposições destas existem também para crenças

¹³ Mais recentemente, Conee e Feldman (2005: 96) adoptaram esta posição.

que seria intuitivo *não* considerar parte da evidência do sujeito. A memória que um antigo amigo guarda de termos pintado a brincar um cão de azul na nossa infância pode por exemplo ser tão fraca e longínqua que não faria sentido considerá-la evidência em sua posse. Podemos imaginar, por exemplo, que este amigo não se iria lembrar deste acontecimento nem se lhe perguntássemos se alguma vez, na sua infância, lhe aconteceu fazer uma brincadeira destas. Mas se lhe perguntássemos expressamente se não se lembra de ter pintado um cão de azul a brincar, provavelmente ele iria recuperar a recordação relevante. O problema, para Feldman, é que, para qualquer crença E guardada na memória de um sujeito S, existe uma forma apropriada de estimular S que faz com que S pense em E, quer E intuitivamente faça parte da evidência de S quer não faça.

Segundo McCain (2014a: 50-1), existe uma maneira de contornar as perplexidades de Feldman e de defender uma versão bem-sucedida de (CM). McCain mantém que a posse de evidência deve ser relativizada a questões específicas P, e sugere que o tipo de estímulo em resposta ao qual S deve ter a disposição para recuperar E, para que E seja evidência a respeito de P em sua posse, seja a *reflexão*. Em particular, sugere a condição que se segue:

Contrafactual2 A crença E faz parte da evidência que S tem a respeito de P no tempo *t* se e somente se é verdade, no tempo *t*, que S pensaria em P se reflectisse sobre o assunto.

À luz de Contrafactual2, o antigo amigo não tem ao seu dispor a memória de ter pintado um cão de azul a brincar como evidência relativamente a muitas proposições, mesmo se existe uma forma apropriada de estimulá-lo que faria com que a recuperasse. O contrafactual de McCain, porém, pode ser criticado à luz dos seguintes argumentos (inspirados em Feldman [1998] 2004: 230).

Imaginemos um sujeito S que se dá conta de, e que portanto acredita no sentido ocorrente, que (E) ocorreu um apagão. S vai logo à procura de uma candeia e, não a encontrando, resolve acender as luzes para facilitar a busca. Mas obviamente as luzes ficam apagadas, devido à falta de electricidade. O comportamento de S, no caso em questão, manifesta a crença de que (P) carregar no interruptor é uma maneira adequada de acender as luzes. A crença em E é um derrotador da justificação que S normalmente teria para acreditar em P.

A questão então é: faz E parte da evidência que S tem a respeito de P? O comportamento de S mostra claramente que S não tinha a disposição para pensar em E quando enfrentasse a questão de saber como acender as luzes. Pois S enfrenta a questão de saber como acender as luzes e de facto, mesmo que temporariamente, não vê a óbvia relevância de E para o assunto. Contrafactual² compromete, portanto, a dizer que E não faz parte da evidência de S a respeito de P. Mas esta consequência é inaceitável, pois impede de considerar a crença de S como injustificada e, portanto, impede de criticar a acção de tentar acender as luzes durante um apagão, que tem origem naquela crença, como irracional. A única alternativa para se poder afirmar que S tem E parece consistir em dizer que uma crença ocorrente de S faz parte da evidência que ele tem sobre um determinado assunto mesmo se S não tem a disposição para apreciar a relevância desta crença a respeito do assunto. Esta é a solução adoptada por McCain, que de facto defende a seguinte variante de (CM):

(CM*) S tem p ao seu dispor enquanto evidência a respeito de q em t se e somente se em t S está actualmente ciente de p ou tem uma disposição para pensar em p quando enfrentar a questão da verdade de q .

Ao manifestar a sua crença em P o sujeito S continua ciente do apagão; portanto E, à luz de (CM*), pode ser considerada evidência que S tem a respeito de P. Portanto, o problema que acabamos de ver desaparece. Todavia, (CM*) enfrenta um segundo problema, ao qual podemos chamar de *problema dos derrotadores não acedidos*. Este problema pode ser ilustrado usando o exemplo de Perilous Peak do próprio McCain. Neste exemplo, o sujeito acaba de recuperar (em t_1) e adquirir (em t_2) informação que derrota preventivamente a justificação para acreditar que pode subir ao Perilous Peak que normalmente adquiriria na base do testemunho de Jones. Mas em t_3 esta informação é temporariamente posta de lado e o sujeito aceita o testemunho de Jones, formando a crença de que a caminhada está ao seu alcance. Assim sendo, o sujeito não parece cumprir a condição contrafactual avançada por (CM*); pois, ao enfrentar a questão de saber se seria capaz de subir ao Perilous Peak, ele de facto não recupera a informação, temporariamente colocada de lado, sobre a pouca credibilidade de Jones e sobre a dificuldade da caminhada. Esta informação,

portanto, parece não contar como evidência do sujeito no tempo t_3 ; e a sua capacidade de derrotar a justificação da crença em P não é explicada por (CM*).

Há uma segunda consequência de (CM*) que vale a pena salientar, pois é potencialmente problemática. Como McCain reconhece expressamente, segue-se de (CM*) que um sujeito S pode ter ao seu dispor uma mesma proposição E como evidência para P e não a ter como evidência para uma segunda proposição Q. Isso acontece quando E fica guardada na memória de S e S tem uma disposição para pensar em E em conexão com a questão de saber se P mas não em conexão com a questão de saber se Q. Isto parece possível mesmo quando Q é uma consequência lógica de P. O próprio McCain discute um exemplo onde tal parece ser o caso. Na sua opinião, a recordação de ter pintado o cão do vizinho a brincar deve ser considerada evidência para acreditar que (P) pintou o cão do vizinho a brincar, pois o sujeito tem uma disposição para recuperar aquela memória em conexão com a questão específica de saber se alguma vez pintou o cão do vizinho a brincar. Todavia, a mesma recordação não é evidência em sua posse para acreditar que (Q) alguma vez fez uma brincadeira dessas, pela razão de não ter disposição para recuperar aquela memória em conexão com a questão de saber se alguma vez fez uma brincadeira dessas. O problema é que, assim sendo, (CM*) acaba por tolerar violações do princípio do fecho da justificação proposicional, segundo o qual se S tem justificação proposicional para acreditar que P e S está ciente de que P implica Q, S tem justificação proposicional para acreditar que Q. O caso considerado por McCain constitui um contra-exemplo, pois o sujeito tem (evidência e portanto) justificação proposicional para acreditar que P, mas não tem (evidência e portanto não tem) justificação para acreditar que Q.

4 Teorias evidencialistas específicas: o evidencialismo explicacionista

Nesta secção, abordaremos as teorias evidencialistas da justificação epistêmica defendidas por Conee e Feldman (2008 e 2011) e por McCain (2014a, 2014b e 2015a). A teoria de McCain pode ser vista como um desenvolvimento da teoria que Conee e Feldman têm

vindo a elaborar de forma mais pormenorizada nos últimos anos. Por esta razão utilizarei, para me referir a ambas, o nome introduzido por McCain para descrever a sua própria teoria, a saber: *evidencialismo explicacionista* (EE).

O evidencialismo explicacionista de Conee e Feldman incorpora uma ontologia da evidência psicologista não-factiva e uma teoria do suporte evidencial explicacionista. Como vimos, Conee e Feldman (2005) oficialmente aceitam a concepção moderada da posse da evidência defendida posteriormente por McCain (2014a). Nesta secção, todavia, concentrar-me-ei apenas nas primeiras duas componentes da teoria da evidência pressuposta pelo evidencialismo explicacionista. As duas componentes em questão, para ser mais preciso, são as teses que se seguem:

Psicologismo A evidência de S é constituída por estados mentais não factivos de S.

Explicacionismo Um estado mental não factivo E de S é evidência para P se P faz parte da melhor explicação de porque é que ele tem E ao dispor de S.

São necessárias algumas observações a respeito destes princípios. Conee e Feldman não dizem que tipo de estados mentais integram a evidência de S. Salientam apenas que um estado mental de S, na medida em que representa a realidade como sendo de uma determinada forma, não tem necessariamente de fazê-lo correctamente para ser evidência. Segue-se desta observação que uma crença falsa ou uma ilusão perceptiva de um sujeito contam, para o evidencialismo explicacionista de Conee e Feldman, como fazendo parte da evidência do sujeito. McCain (2014a: 11) defende a hipótese de que os estados mentais não-factivos incluídos na evidência de um sujeito S têm em comum aquilo que J. Pryor (2000: 547) define como *força fenomenal*; isto é, a propriedade em virtude da qual representam o seu conteúdo como verdadeiro. Mas vários exemplos de estados mentais que constituem evidência dados por Conee e Feldman parecem contrariar esta hipótese. Ambos mencionam, por exemplo, *experiências gustativas* (2004: 84), *sensações de calor* (2004: 2 e 84; 2008: 87) e a *sensação de confiança* experimentada ao considerar uma proposição ([2001] 2004: 76; [1995] 2004: 112). Nenhum destes

estados mentais representa o seu conteúdo como sendo verdadeiro, pois não são estados intencionais; mas contam igualmente, à luz de Explicacionismo, como evidência, respectivamente para acreditar que a comida tem um sabor específico, que há uma fonte do calor ao redor do sujeito e que a proposição em questão é verdadeira. Pois o facto da comida ter um determinado sabor é o que supostamente explica melhor o facto do sujeito ter uma determinada sensação gustativa; o facto de haver uma fonte de calor ao redor do sujeito é o que explica melhor o facto dele experimentar uma sensação de calor; e o facto de uma proposição P ser verdadeira pode ser considerado a melhor explicação de porque é que parece ao sujeito que P é verdadeira.

Explicacionismo é formulado em termos condicionais. Pois os exemplos de Lehrer e Goldman descritos no §3.2 mostram que (o conteúdo de) um estado mental E de S pode ser evidência para uma proposição P sem fazer parte da melhor explicação de E. Isso acontece quando P é uma consequência lógica da melhor explicação da evidência de S que S tiver ao seu dispor. Por esta razão, como já vimos, McCain sugere que EE deva incorporar o princípio SE4, que agora podemos reformular assim:

Explicacionismo* Um estado mental não-factivo E é evidência para P se e somente se P faz parte da melhor explicação de porque é que ele tem E ao dispor de S, ou P está disponível para S enquanto consequência lógica da melhor explicação de E que S tenha ao seu dispor.

Interpretada à luz de Psicologismo e Explicacionismo*, a teoria EE pode ser formulada assim. Sendo E a evidência total de S:

Evidencialismo Explicacionista* (EE*) Uma proposição P está justificada epistemicamente para um sujeito S num tempo *t* se e somente se P faz parte da melhor explicação de porque é que ele tem E que S tenha ao seu dispor, ou P está disponível para S enquanto consequência lógica da melhor explicação de E que S tenha ao seu dispor.

(EE*) tem sido criticada à luz de contra-exemplos em que é intuitivo que uma determinada proposição P esteja justificada para S, mas P não faz parte da melhor explicação da evidência de S, nem está disponível como sendo uma consequência lógica da melhor explicação da

evidência de S. Nestes casos P é uma proposição relativa ao futuro e está justificada por ser uma consequência *indutiva* da evidência de S. Eis o exemplo proposto por Byerly (2013). Um jogador de golfe acaba de dar uma tacada de curta distância. A velocidade parece certa, a bola está bem encaminhada e não parece haver irregularidades no terreno que ameacem desviá-la. O jogador razoavelmente acredita que (P) a bola entrará no buraco. Como alega Byerly, e como McCain parece admitir (2014a: 142), P não faz parte da melhor explicação da evidência ao dispor do jogador; isto é, das experiências passadas e presentes do jogador. Pois um acontecimento não pode explicar experiências que o antecedem. Nem é plausível pensar, alega Byerly, que P seja consequência lógica da melhor explicação destas experiências.

McCain (2014a: 143-146) replicou que existem pelo menos duas estratégias para mostrar o contrário – que P é uma consequência lógica da melhor explicação da evidência do jogador – ou pelo menos para mostrar que uma proposição próxima de P é uma consequência lógica da melhor explicação da evidência do jogador. Por razões de espaço, apresentarei aqui apenas a estratégia que Byerly e Martin (2015) chamaram de estratégia da *probabilidade epistémica*. Esta escolha é justificada pelo facto de que, na sua resposta a Byerly e Martin, o próprio McCain (2015a) resolve concentrar-se nesta solução. A estratégia em questão afirma que a melhor explicação da evidência (presente e passada) do jogador inclui a proposição de que (E1) a maioria das bolas a rolar na direcção do buraco em circunstâncias C acaba por entrar no buraco, e a proposição de que (E2) a bola está a rolar na direcção do buraco em circunstâncias C. Na opinião de McCain, (E1) e (E2) implicam que (P*) provavelmente (no sentido epistémico) a bola entrará no buraco. Mas (P*) é equivalente a dizer que a evidência do jogador suporta P. Portanto, EE* consegue produzir o resultado correcto no caso apresentado por Byerly.

Byerly e Martin (2015) replicaram que E1 e E2 não implicam P*. A razão é a seguinte. A noção de implicação mencionada por EE* é *monotónica*: se P implica Q, para qualquer R compatível com P, P e R implicam Q. Portanto, se fosse o caso que E1 e E2 implicam P*, não deveria haver uma proposição E3, compatível com E1 e E2, tal que a conjunção de E1, E2 e E3 não implica P. Mas uma proposição como E3 existe, e é a proposição de que a bola está a rolar na direcção do buraco em circunstâncias D em que, no máximo, apenas metade das

bolas acabam por entrar no buraco. Byerly e Martin ilustram este ponto usando o exemplo que se segue. (T) Teresa é uma mulher e (C) a maioria das mulheres não corre um quilómetro em menos de 5 minutos. Todavia, (D) as corredoras olímpicas correm um quilómetro em menos de 5 minutos. (T) e (C) não implicam a conclusão de que provavelmente Teresa não corre um quilómetro em menos de 5 minutos. Pois a conjunção de (T), (C) e (D) implica a conclusão contrária, de que provavelmente Teresa (sendo uma corredora olímpica) corre um quilómetro em menos de 5 minutos. Paralelamente, para Byerly e Martin, pode afirmar-se que (E1) e (E2) não implicam a conclusão de que provavelmente a bola entrará no buraco, pois (E1), (E2) e (E3) implicam a conclusão contrária, de que a bola provavelmente não entrará no buraco.

McCain (2015a) concede a bondade da objecção de Byerly e Martin (2015), mas afirma que ela apenas obriga a um aperfeiçoamento de Explicacionismo e de EE*:

Explicacionismo** Um estado mental não-factivo E é evidência para P se e somente se P faz parte da melhor explicação de porque é que ele tem E que S tenha ao seu dispor, ou P está disponível para S enquanto consequência explicativa da melhor explicação de E que S tenha ao seu dispor.

e

Evidencialismo Explicacionista** (EE**) Uma proposição P está justificada epistemicamente para um sujeito S num tempo *t* se e somente se P faz parte da melhor explicação de porque é que ele tem E que S tenha ao seu dispor, ou P está disponível para S enquanto consequência explicativa da melhor explicação de E que S tenha ao seu dispor.

A noção de *consequência explicativa* precisa de ser esclarecida. Conforme explica McCain (2015a: 339), P é uma consequência explicativa de Q se Q é uma explicação melhor de P que de não-P. A proposição (P) de eu falar italiano é uma consequência explicativa neste sentido da proposição (Q) de eu ter nascido em Itália. Pois o facto de eu ter nascido em Itália explicaria melhor o facto de eu falar italiano que o facto de eu não falar italiano. Explicacionismo** e EE** comprometem a dizer que se a melhor explicação da sua

evidência que S tenha ao seu dispor explica melhor P que não-P, S tem justificação para acreditar que P. McCain mantém que EE** produz o resultado certo no exemplo apresentado por Byerly. Pois a proposição de que (E1) a maioria das bolas que rolam na direcção do buraco em circunstâncias C acabam por entrar faz parte da melhor explicação ao dispor do jogador das suas experiências (passadas e presentes) e a proposição P é uma consequência explicativa de (E1). Pois a probabilidade de (P) a bola entrar no buraco dado que (E1) a maioria das bolas nas mesmas condições entra no buraco é maior do que a probabilidade de (não-P) a bola não entrar dado que (E1) a maioria das bolas nas mesmas condições entra no buraco. Portanto, na medida em que estas considerações probabilísticas são suficientes para fazer de (E1) uma explicação melhor de (P) que de (não-P), E1 explica melhor (P) do que explica (não-P).

Um problema possível de EE**, que McCain leva em conta (2015a: 343), é a sua incapacidade de explicar a intuição de que o sujeito, nos casos de Lehrer e Goldman, tem justificação. Como disse antes, nestes casos o sujeito intuitivamente tem justificação para acreditar numa proposição (P) que é uma consequência lógica da sua evidência (E). Todavia, (P) não faz parte da melhor explicação de (E) que o sujeito tem ao seu dispor. Estes casos motivam que se complemente Explicacionismo com a condição, contida em Explicacionismo*, de que (E) é evidência para (P) mesmo se (P) é apenas uma consequência lógica da melhor explicação da evidência do sujeito ao seu dispor. A substituição em EE** desta condição pela condição de que E é evidência para P mesmo se P é apenas uma consequência *explicativa* da melhor explicação da evidência do sujeito ao seu dispor ameaça voltar a deixar inexplicados os casos de Lehrer e Goldman. Pois as proposições relevantes, nos casos de Lehrer e Goldman, são consequências lógicas, mas não são consequências explicativas, da melhor explicação da sua evidência que o sujeito tem ao seu dispor. Em resposta, McCain mantém que, no final das contas, nos casos de Lehrer e Goldman, a proposição que está intuitivamente justificada faz parte da melhor explicação da sua evidência que o sujeito tenha ao seu dispor. No exemplo de Lehrer, o sujeito sabe que (E1) uma coruja está empoleirada em cima de um mastro de 4 metros, sabe que (E2) um rato está afastado 3 metros da base do mastro e calcula que (P) a distância entre o rato e a coruja é de 5 metros.

Conforme alega McCain (2015a: 343), faz parte da evidência do sujeito a aparência que ele tem de que P se segue de $E1$ e $E2$. Mas parte da melhor explicação do facto de lhe parecer isso é, na opinião de McCain, que P seja verdade. Portanto, conclui, P faz parte da melhor explicação da sua evidência que o sujeito tem ao seu dispor.

A resposta de McCain não parece satisfatória. Mesmo assumindo que o sujeito tenha uma sensibilidade especial a factos lógicos, e que portanto exista uma conexão explicativa entre os factos lógicos e as aparências do sujeito relativas a esses factos, o máximo que se pode afirmar é que esta conexão subsista entre o facto do sujeito ter a aparência de que P se segue de $E1$ e $E2$ e o *facto lógico de P seguir-se de $E1$ e $E2$* . Mas a resposta de McCain baseia-se na tese de que é a própria verdade de P , e não o facto de P seguir-se de $E1$ e $E2$, a fazer parte da melhor explicação que o sujeito tem ao seu dispor do facto de lhe parecer que P se segue de $E1$ e $E2$. De alguma maneira, portanto, a resposta de McCain acaba por parecer gratuita, e a resposta a Byerly e Martin (2015) baseada em EE^{**} não parece superior à resposta baseada em EE^* . Para além disso, EE^{**} pode ser criticada por não colocar uma condição suficiente para a justificação epistémica. Esta objecção foi levantada por B.C. Appley e G. Stoutenburg (2017) à luz de considerações probabilísticas. Segundo alegam, uma proposição P pode ser a melhor explicação da evidência de um sujeito sem ter uma probabilidade superior a 0.5 (isso acontece por exemplo se as explicações alternativas são poucas ou são más explicações). Para evitar a consequência contra-intuitiva de ter de chamar justificadas crenças em proposições que têm uma probabilidade inferior a 0.5, uma teoria explicacionista deve requerer que P , para além de ser a melhor explicação da evidência do sujeito, seja também uma explicação suficientemente boa desta evidência. A escolha de um limiar probabilístico apropriado coloca o explicacionista em face de um dilema. Um limiar demasiado elevado tem implicações cépticas por impedir que se chamem justificadas muitas crenças que intuitivamente o são. Um limiar pouco superior a 0.5 bloqueia esta consequência céptica. Todavia, uma consequência probabilística (no sentido de McCain) de uma proposição que tem uma probabilidade pouco superior a 0.5 terá uma probabilidade *inferior* a 0.5. Portanto, colocando o limiar pouco acima de 0.5, a segunda parte de EE^* compromete a chamar justificadas muitas proposições que, sendo consequências explicativas de

proposições com uma probabilidade pouco superior a 0.5, terão uma probabilidade *inferior* a 0.5.

Uma última objecção a EE* foi levantada por T. Piazza (2017a). Piazza destaca o seguinte princípio de conexão entre a justificação proposicional e a justificação doxástica.

(J_{PD}) Se a crença em P de S está justificada *prima facie* na base do estado mental M, então, em virtude de M, S tem justificação proposicional para P.

Na opinião de Piazza, a aceitação de EJ – que afirma que existe apenas justificação baseada na evidência – e de Psicologismo – que identifica a evidência com os estados mentais do sujeito – comprometem o evidencialista explicacionista a aceitar a seguinte tradução de (J_{PD}):

(J_{DE}) Se a crença em P de S está justificada *prima facie* na base do estado mental M, então M é evidência na posse de S de que P é verdadeira.

(J_{DE}) pode ser usado para avaliar o sucesso de Explicacionismo* e de EE*. Suponha-se, por exemplo, que seria extremamente intuitivo que a crença em P de um sujeito S está justificada na base do estado mental M de S. Explicacionismo* e EE* podem explicar a intuição relevante apenas na condição de dizer que M é evidência para P. Pelo contrário, se Explicacionismo* e EE* comprometem a dizer que M *não é* evidência para P, os dois princípios têm o defeito de não conseguirem explicar a intuição relevante.

Piazza propõe o seguinte exemplo de uma crença intuitivamente justificada. Tim ouve as previsões meteorológicas e forma a crença justificada de que (CHUVA) no dia seguinte irá chover em Almeria. Tim conhece bem Almeria e o seu clima extraordinariamente seco. Sabe, por exemplo, que poucas pessoas, por causa do clima, possuem um guarda-chuva. Por isso conclui que (VENDAS) no dia seguinte as lojas de guarda-chuvas aumentarão as suas vendas. A intuição que Explicacionismo* e EE* devem explicar, neste caso, é a de que a crença de Tim em (VENDAS) está justificada na base da sua crença em (CHUVA). Dado (J_{DE}), podem explicar esta intuição só se (CHUVA), à luz de Explicacionismo*, conta como evidência para (VENDAS). Mas à luz de Explicacionismo* a crença de Tim em (CHUVA) conta como evidência para (VENDAS) só se

(i) (VENDAS) faz parte da melhor explicação de porque é que Tim acredita em (CHUVA), ou (ii) Tim tem ao seu dispor (VENDAS) como consequência lógica da melhor explicação de porque é que acredita em (CHUVA). O problema para EE*, afirma Piazza, é que nem (i) nem (ii) são satisfeitas. Pois a verdade de (VENDAS) parece explicativamente irrelevante relativamente ao facto de Tim acreditar em (CHUVA), e parece também irrelevante relativamente ao facto de Tim instanciar o estado mental que melhor explica o facto dele acreditar em (CHUVA).

5 Conclusão

O evidencialismo é uma família de posições internistas sobre a justificação epistémica. Estas posições partilham a ideia, veiculada pelo princípio EJ, de que a justificação epistémica depende apenas da evidência que o sujeito tiver ao seu dispor. Diferentes variantes desta concepção podem ser geradas a partir de EJ, respondendo de forma pormenorizada à questão de saber como se deve entender a ontologia da evidência, a relação de suporte epistémico e a noção de um sujeito ter uma determinada evidência ao seu dispor. Estas diferenças reflectem-se nas proposições que as várias teorias comprometem a caracterizar como sendo racionais ou justificadas e, portanto, determinam a sua maior ou menor adequação.

Neste artigo, esclareci as principais motivações filosóficas a favor do princípio EJ e as suas implicações, não apenas para a análise da justificação proposicional, mas também para a justificação doxástica e para o conhecimento. Expus as principais objecções que têm sido apresentadas contra este princípio na literatura e discuti as respostas mais prometedoras que evidencialistas como Conee e Feldman, e McCain, têm desenvolvido nos últimos anos. Em seguida apresentei as principais opções que os evidencialistas têm ao seu dispor quanto à ontologia da evidência, ao suporte epistémico e à noção de ter evidência. Como vimos, muitas opções inicialmente prometedoras enfrentam dificuldades complexas. Finalmente, apresentei o debate contemporâneo sobre a forma mais debatida de interpretar EJ, a saber, o evidencialismo explicacionista esboçado por Conee e Feldman e mais extensamente desenvolvido por K. McCain numa série de publicações recentes. Como a vivacidade do debate em torno desta

variedade de evidencialismo indica claramente, o evidencialismo explicacionista levanta uma série de questões que ainda estão à espera de receber uma resposta completamente satisfatória. Ainda assim, o esforço de procurar soluções para vários desses problemas tem levado a formas cada vez mais adequadas desta concepção.

Tommaso Piazza
 Università di Pavia
 tommaso.piazza@unipv.it

Referências

- Alston, William. 1988. An Internalist Externalism. *Synthese* 74: 265-283.
- Appley, Bryan C. e Stoutenburg, Gregory. 2017. Two New Objections to Explanationism. *Synthese* 194 (8): 3069-3084.
- Baehr, Jason. 2011. Evidentialism, Vice, and Virtue. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 88-102.
- BonJour, Lawrence. 2003. *Epistemic Justification*. Oxford: Blackwell.
- Brandom, Robert B. 2000. *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Byerly, T. Ryan. 2013. Explanationism and Justified Beliefs About the Future. *Erkenntnis* 78: 229-243.
- Byerly, T. Ryan e Martin, Craig. 2015. Problems for Explanationism on Both Sides. *Erkenntnis* 80: 773-791.
- Clifford, William Kingdom. 1877. The Ethics of Belief. *Contemporary Review*: 289-309.
- Chisholm, Roderik. 1989. *Theory of Knowledge*. Harlow: Prentice Hall.
- Comesaña, Juan. 2010. Evidentialist Reliabilism. *Noûs* 44: 571-600.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 1985. Evidentialism. *Philosophical Studies* 48: 15-34.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 2001. Internalism Defended. In *Epistemology: Internalism and Externalism*, ed. by H. Kornblith. Oxford: Blackwell, 231-260.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 2004. *Evidentialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 2005. Some Virtues of Evidentialism. *Veritas* 50: 95-108.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 2008. Evidence. In *Epistemology: New Essays*, ed. by Q. Smith. Oxford: Oxford University Press, 83-104.
- Conee, Earl e Feldman, Richard. 2011. Replies. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 428-501.
- Darwall, Stephen. 1983. *Impartial Reason*. Ithaca: Cornell University Press.
- DeRose, Keith. 2009. *The Case For Contextualism*. Oxford University Press.
- Dougherty, Trent (ed.). 2011. *Evidentialism and Its Discontents*. Oxford: Oxford University Press.
- Dougherty, Trent. 2011a. Reducing Responsibility. An Evidential Account of Epistemic Blame. *European Journal of Philosophy* 18: 1-14.
- Dougherty, Trent. 2011b. In Defense of Propositionalism about Evidence. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 226-232.
- Fantl, Jeremy e McGrath, Matthew. 2009. *Knowledge in An Uncertain World*. Oxford: Oxford University Press.

- Feldman, Richard. 1988. Having Evidence. In *Philosophical Analysis*, ed. by D. Austin. Dordrecht: Kluwer, 83-104.
- Feldman, Richard. 1995. Authoritarian Epistemology. *Philosophical Topics* 23: 147-169.
- Feldman, Richard. 2000. The Ethics of Belief. *Philosophy and Phenomenological Research* 60: 667-695.
- Feldman, Richard. 2005. Respecting the Evidence. *Philosophical Perspectives* 19 (1): 95-119.
- Feldman, Richard. 2006. Epistemological Puzzles about Disagreement. In *Epistemology Futures*, ed. by S. Hetherington. Oxford: Oxford University Press.
- Feldman, Richard. 2007. Reasonable Religious Disagreements. In *Philosophers Without God: Meditations on Atheism and the Secular Life*, ed. by L. Antony. Oxford: Oxford University Press.
- Fumerton, Richard. 2005. Speckled Hens and Objects of Acquaintance. *Philosophical Perspectives* 19: 121-139.
- Glüer-Pagin, Kathrin. 2009. In Defence of a Doxastic Account of Experience. *Mind and Language* 24: 297-373.
- Goldman, Alvin. 1979. What is Justified Belief? In *Justification and Knowledge*, ed. by G. S. Pappas. Dordrecht: Reidel, 1-24.
- Goldman, Alvin. 2009. Williamson on Knowledge and Evidence. In *Williamson on Knowledge*, ed. by P. Greenough and D. Pritchard. Oxford: Oxford University Press, 73-91.
- Goldman, Alvin. 2011. Toward a Synthesis of Reliabilism and Evidentialism? Or: Evidentialism's Troubles, Reliabilism's Rescue Package. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 254-280.
- Goldman, Alvin e McGrath, Matthew. 2015. *Epistemology: A Contemporary Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Greco, John. 2011. Evidentialism about Knowledge. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 167-178.
- Hume, David. 2002. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Kelly, Thomas. 2014. Evidence. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/entries/evidence/>
- Lehrer, Keith. 1974. *Knowledge*. Oxford: Clarendon Press.
- Littlejohn, Clayton. 2012. *Justification and the Truth-Connection*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Locke, John. 1999. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- McCain, Kevin. 2014a. *Evidentialism and Epistemic Justification*. New York: Routledge.
- McCain, Kevin. 2014b. Evidentialism, Explanationism, and Beliefs about the Future. *Erkenntnis* 79: 99-109.
- McCain, Kevin. 2015a. Explanationism: Defended on All Sides. *Logos and Episteme* 6: 333-349.
- McCain, Kevin. 2015b. Is Forgotten Evidence a Problem for Evidentialism? *Southern Journal of Philosophy* 53: 471-480.
- Moon, Andrew. 2012. Knowing Without Evidence. *Mind* 121: 309-331.
- Neta, Ram. 2002. S Knows That P. *Noûs* 36: 663-681.
- Neta, Ram. 2016. Access Internalism and the Guidance-Deontological Conception of Justification. *American Philosophical Quarterly* 53 (2): 155-168.
- Nozick, Robert. 1981. *Philosophical Explanations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

- Piazza, Tommaso. 2009. Evidentialism and the Problem of Stored Beliefs. *Philosophical Studies* 145: 311-324.
- Piazza, Tommaso. 2017a. Problems for Mainstream Evidentialism. *Canadian Journal of Philosophy* 47: 148-165.
- Piazza, Tommaso. 2017b. O Que é Que as Explicações Explicam? Uma Investigação sobre a Ontologia da Evidência. In *Por Que Razão? Razões para Acreditar, para Agir e para Preferir*, ed. by B. Fernandez, L. Veríssimo e D. Couto. Porto: FLUP, Col. MLAG Discussion Papers.
- Plantinga, Alvin. 1993. *Warrant: The Current Debate*. Oxford: Oxford University Press.
- Pollock, John e Cruz, Juan. 1999. *Contemporary Theories of Knowledge*. 2nd edition. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Pritchard, Duncan. 2007. Anti-Luck Epistemology. *Synthese* 158: 277-298.
- Pryor, Jim. 2000. The Skeptic and the Dogmatist. *Noûs* 34: 517-549.
- Rizzieri, Aaron. 2011. Evidence Does Not Equal Knowledge. *Philosophical Studies* 153: 235-242.
- Scanlon, Thomas. 1999. *What We Owe to Each Other*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Stanley, Jason. 2005. *Knowledge and Practical Interests*. Oxford: Oxford University Press.
- Steup, Matthias. 2011. Evidentialist Anti-Skepticism. In *Evidentialism and Its Discontents*, ed. by T. Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 105-122.
- Turri, John. 2009. The Ontology of Epistemic Reasons. *Noûs* 43: 490-512.
- Williamson, Timothy. 2000. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press.